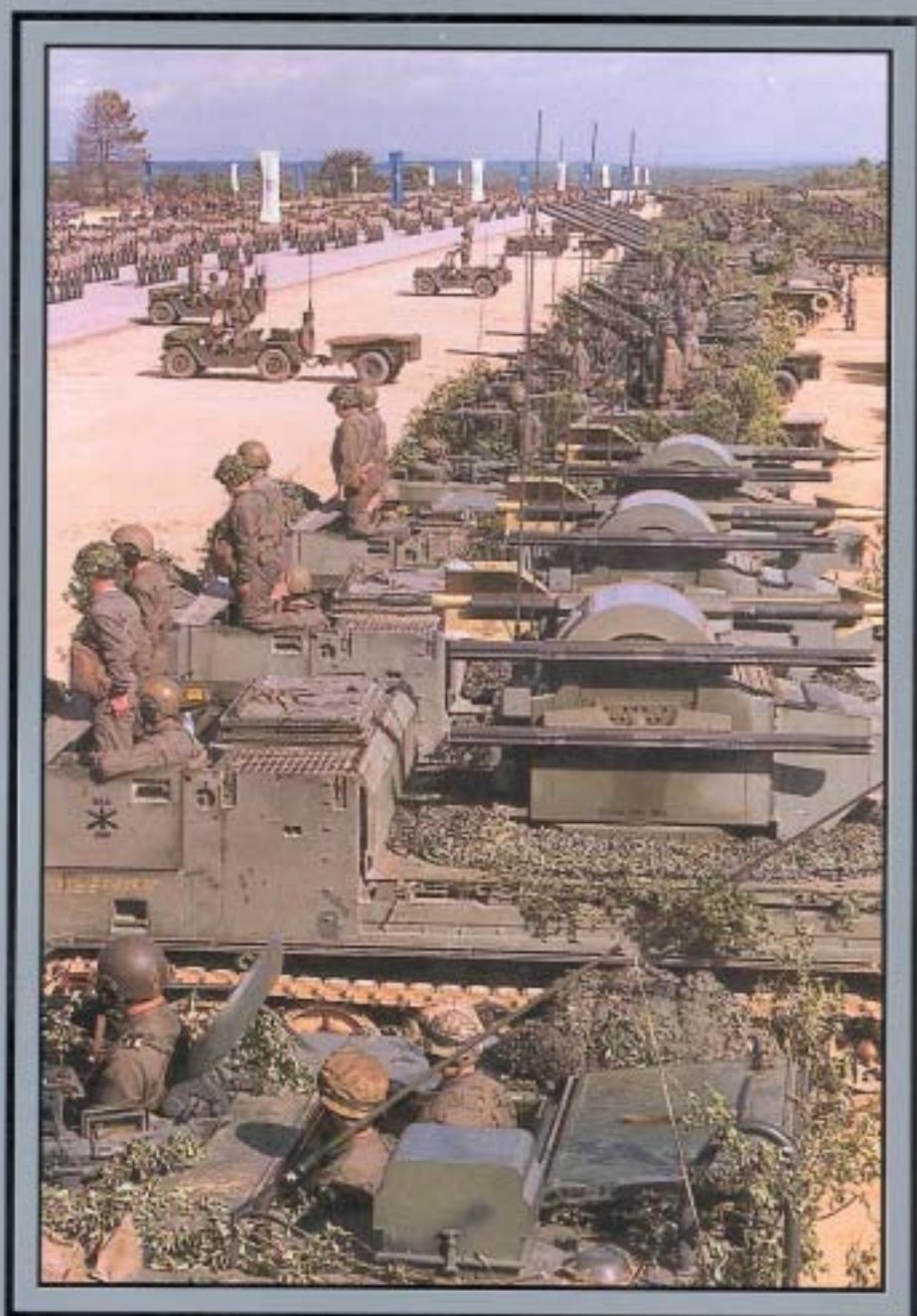


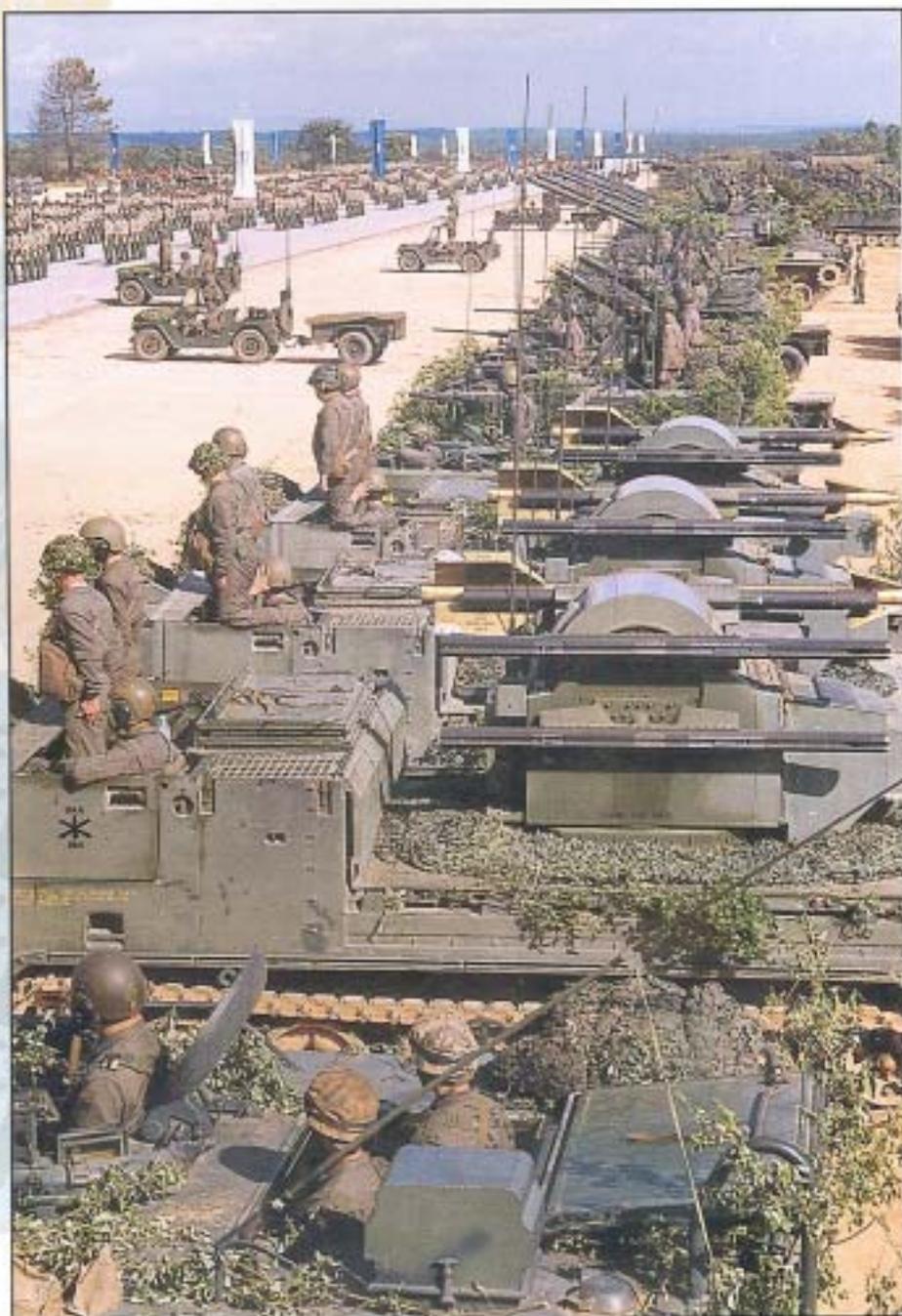
Atoleiros

Revista Militar do Campo Militar de Santa Margarida
e da Brigada Mecanizada Independente



Ano II - N° 3 - ABR2000

BRIGADA MECANIZADA INDEPENDENTE



FEITOS FAZEM
RÃO TÃO DIGNOS DE

FLEXIBILIDADE E PODER DE FOGO



3 Editorial

ENTRADA N.º _____
ASSINANTE (L) U
TELEGRAS N.º 3

4 Do Serviço Militar Obrigatório
à Profissionalização
das Forças Armadas
uma síntese e uma perspectiva

8 3º BIMoto / SFOR II

12 I Encontro de Operações
de apoio à Paz do CMSM
recolha e difusão de experiências

15 Nível operacional da guerra
a necessidade e a realidade

20 Uma Actividade Científica
no CMSM - parte II

23 Será possível mudar a História?

26 Sistema TOW2
nova arma na luta ACar

29 A Praxe

30 Visita ao Quartel
de Santa Margarida

31 SITREP

36 Escola Primária do CMSM

37 Jardim de Infância do CMSM

38 Educação Física e Desportos



CORRESPONDÊNCIA

Cartas ao Director

Carta de S. Exa General Almiro Canelhas

Lisboa, 7Out99

Meu Caro General Manuel Silvério e Exmo Amigo

Venho agradecer-lhe a oferta da Revista "ATOLEIROS". Estamos perante uma publicação excelente pelo seu conteúdo, pela sua apresentação e pelo seu SIGNIFICADO. É que uma revista destas é um indiscutível testemunho da valorização constante do Exército, que é um facto - e é também um MILAGRE, face às múltiplas dificuldades que tem enfrentado.

É um gosto, para quem, como eu, já está de fora, mas continua a vibrar, poder tirar estas conclusões. E sinto-me feliz e honrado por ter comandado essa esplêndida Unidade.

Queira aceitar um abraço de parabéns e amizade

José Luís Almiro Canelhas
General

Carta de S. Exa TGen Tomé Pinto

6Out99

Meu Caro Silvério

Com o meu obrigado e os parabéns por mais um exemplar da publicação Revista "ATOLEIROS".

Li com muito agrado, guardei conhecimentos e recordei.

Um abraço amigo

Alípio Tomé Pinto
Tenente General

Carta de S. Exa Gen Carreto Curto

17-11-99

Com um Cordial Abraço, a agradecer o envio da Revista "ATOLEIROS", saudando na pessoa do Comandante da B. M. I. toda a equipa que nela colabora, pela excelente qualidade que foi conseguida.

Parabéns.

Um abraço amigo

José dos Santos Carreto Curto
General

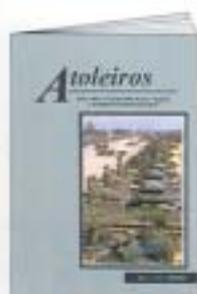
Nota de S. Exa TGen Pires Mateus

15Out99

Senhor Major General

Serve a presente para acusar a recepção do nº 2 da revista ATOLEIROS, de Out99, e, simultaneamente, agradecer o envio da mesma, dizendo que o nível da publicação é bom e que o apreciei. Com estima e amizade, do

O Inspector-Geral do Exército
Frustrado Pires Mateus
Tenente General



FICHA TÉCNICA

Atoleiros

Revista Militar do Campo Militar de Santa Margarida
e da Brigada Mecanizada Independente

DIRECTOR:

Comandante do CMSM/BM
Major General Jorge Manuel Silvério

REDACÇÃO:
SIRP/QG/BM

PROPRIEDADE:
QG/CMSM - 2250 Constância

EXECUÇÃO GRÁFICA:
Tipografia Papelaria Marques
Rua Direita, 23 • 2140-665 Carregueira

Tiragem: 700 Exemplares

Depósito Legal nº 135479/99

Preço: 500\$00



Editorial

MILITARES E CIVIS DO CMSM E DA BMI

O Ano de 2000 traz-nos responsabilidades acrescidas.

Em meados do ano, dois Batalhões da nossa Brigada serão destacados para a Bósnia e Kosovo a fim de cumprirem missões no âmbito da manutenção da paz, naquelas regiões. O aprontamento e sustentação destas forças exigir-nos-á total empenhamento por forma a que o seu desempenho nos teatros de operações se processe com eficiência, em segurança e de acordo com os níveis de prontidão operacional alcançados por todas as Unidades que as antecederam.

Apesar da saída destes Batalhões - razão fundamental da nossa existência e que constituem para nós motivo de orgulho - temos de manter em elevado nível o treino operacional das nossas Unidades no que respeita às operações convencionais e prosseguir o apoio que quase em permanência nos é solicitado por muitas Unidades para a realização de exercícios, fogos reais e acções de aprontamento.

Por outro lado torna-se indispensável prosseguir com determinação e em estreita coordenação com o Comando da Logística e suas Direcções de Serviços, todas as acções tendentes à modernização dos nossos equipamentos, obtenção dos sobressalentes indispensáveis para operar os materiais orgânicos principais e à recuperação das instalações mais degradadas visando a melhoria das condições de vida dos militares que aqui servem.

Trata-se, pois, de um ano que nos apresenta grandes desafios, os quais serão vencidos com entusiasmo e determinação e com o tradicional espírito de servir e de iniciativa que sempre caracterizaram as Mulheres e os Homens que servem o Exército na BMI e no Campo Militar de Santa Margarida.

Jorge Manuel Silvério
Major General



Do Serviço Militar Obrigatório à Profissionalização das Forças Armadas

Preâmbulo

O presente artigo constitui um ensaio, porventura demasiado sintético e generalizante, sobre a evolução dos modelos de organização e das formas de recrutamento e de serviço militar ao longo da História Militar Portuguesa e as suas relações com os sistemas políticos, a organização social e a envolvente externa em cada época, dentro de uma perspectiva estrutural de que cada sistema militar cumpre objetivos que ultrapassam as necessidades das próprias Forças Armadas.

No Período da Monarquia

Durante a Baixa Idade Média, com o triunfo do feudalismo, a Europa transpirenaica encontrava-se à mercê de príncipes, duques, condes, viscondes e outros poderosos senhores, que actuavam com quase total independência nos seus respectivos domínios, e o rei feudal não detinha qualquer dos atributos essenciais próprios de um poder soberano. Mas aquém dos Pirinéus, e em Portugal designadamente, logo no século XII apareceu o que se convencionou chamar o «exército do rei», formado pela reunião de forças sustentadas à custa de todos os elementos constituintes da Nação: o rei e o seu herdeiro, os ricos-homens, as ordens militares, as principais instituições eclesiásticas, os povos. Todos estavam obrigados a prover-se de armas e a comparecer na hoste real, fossem nobres ou vilãos.

O serviço militar podia ser prestado a título oneroso ou gratuito, mas só em limitado número de casos era devido fora dos períodos de guerra. Mas sempre que uma empresa bélica mais importante era

levada a efeito ou em caso de guerra defensiva, todos os homens válidos eram obrigados a comparecer à convocação, a pé ou a cavalo e com as armas correspondentes às suas posses e categoria. O sistema fundamentava-se na lógica das relações segundo as quais se organizava a sociedade medieval,

estruturada hierarquicamente num sistema rígido, segundo a estima, a honra e a dignidade reconhecidas às funções sociais, de que resultavam valores e direitos distintos, por um lado, e comportamentos e obrigações diferentes, por outro. Mas devido à guerra da Reconquista, o prestígio da monarquia portuguesa, como da leonesa-castelhana, nunca cessou de aumentar, de onde que os nobres nunca tivessem atingido na Península uma autoridade tão ampla como sucedeu no resto da Europa e o rei deteve sempre, muito firmemente, os poderes fundamentais, como os de responsável pela defesa e pela condução da guerra, o poder legislativo, o poder judicial e o poder exclusivo de cunhar moeda, privilégios que se estendiam a todo o território.

Terminada a Reconquista definitiva do território e definidos os limites com Castela, D. Dinis empreendeu a reorganização militar do reino criando, designadamente, nos diversos burgos pequenos corpos militares permanentes de



Durante a Baixa Idade Média, o sistema fundamentava-se na lógica das relações segundo as quais se organizava a sociedade medieval.





«besteiros do conto» e D. Fernando prosseguiu esta reforma, no intuito de alargar a obrigação do serviço militar. Foram as primeiras tentativas de constituição de um exército permanente, que tornaram o recrutamento um acto nacional.

Com a conquista de Ceuta, o esforço do País voltou-se para os descobrimentos marítimos e para a expansão ultramarina e, ao mesmo tempo, deram-se passos significativos em direcção à organização do estado moderno e aperfeiçoaram-se as reformas militares de D. Dinis e de D. Fernando. Mas, devido à alternância de modelos políticos de organização do Estado e da sociedade durante a segunda dinastia - um tendendo para uma organização moderna do Estado e outro no sentido da manutenção do conservadorismo aristocrático-clerical tradicional - à

Restaurada a independência, a necessidade de defesa contra Castela obrigou D. João IV a proceder a uma profunda reorganização militar, reintroduzindo o recrutamento obrigatório de todos os homens válidos dos dezasseis aos sessenta anos, distribuídos por três classes de tropas.

resistência das ordens militares e ao recurso frequente a contratados para as longas viagens marítimas, só com D. Sebastião, com a publicação do «Regimento das Ordenanças», foram criadas as bases de uma nova organização militar territorial. Mas o desastre de Alcácer-Quibir e a posterior dominação Filipina, fizeram adiar esta primeira tentativa de organização militar permanente da Nação.

Restaurada a independência, a necessidade de defesa contra Castela obrigou D. João IV a proceder a uma profunda reorganização militar, reintroduzindo o recrutamento obrigatório de todos os homens válidos dos dezasseis aos sessenta anos, distribuídos por três classes de tropas: os «soldados-pagos» ou de «primeira linha», que constituíam o escalão permanente e prestavam serviço nas fileiras por períodos muito longos; os «soldados auxiliares» ou «milícias», destinados a reforçar os primeiros quando necessário, e as «ordenanças», que serviam de reserva nacional.

Esta organização subsistiu, no essencial, até à Revolução de 1820, com uma estrutura superior de comando predominantemente aristocrática, que fez corresponder à proeminência social da nobreza também a sua proeminência militar e ao poder crescente do rei um cada vez maior controlo da força armada.

Entretanto, ao longo dos séculos XVIII e XIX, com a afirmação do estado-soberano, foi-se difundindo pela Europa a profissionalização da carreira militar e o novo conceito de «Nação em Armas», baseado no princípio do recrutamento geral e obrigatório de todos os cidadãos em igualdade de deveres.

Contudo, em Portugal a evolução foi mais lenta, em consequência das frequentes disputas políticas entre cartistas e constitucionistas durante o liberalismo, de um maior imobilismo ao nível das estruturas da sociedade e de algum receio da nobreza ao novo sistema militar, porque significava um mais difícil controlo sobre o exército.

E, mal visto pelo povo e receado pela nobreza, a adopção de um autêntico serviço militar obrigatório ficou adiada até à implantação da República.

Da I República aos nossos dias

Os republicanos, em geral, defendiam a adopção do serviço militar obrigatório, geral e pessoal. Alguns sectores mais radicais pretendiam, mesmo, a introdução do sistema miliciano, segundo o modelo suíço.

Contudo, a adopção deste sistema deparava com muitos adversários, nomeadamente entre a hierarquia militar superior. E o certo é que, quer a Lei de Recrutamento de 1911, quer a posterior Lei de Organização Geral do Exército do mesmo ano, acabaram por consagrar um sistema misto, institucionalizando o serviço militar obrigatório, geral e pessoal e a criação dos oficiais milicianos, mas mantendo um desenvolvido corpo permanente.

Porém a reforma real do Exército ficou muito aquém do idealizado. As incursões monárquicas, a instabilidade política, social e militar, as campanhas africanas e, principalmente, a participação na I Grande Guerra, foram alguns dos factores que conduziram à manutenção de um corpo permanente muito superior ao aprovado e determinantes para o colapso da República.

Vitorioso o golpe militar de 28 de Maio de 1926, logo no mês de Julho



O regime democrático instituído com o 25 de Abril, não só manteve o serviço militar obrigatório como lhe conferiu uma maior relevância constitucional, fazendo dele a base fundamental de organização das Forças Armadas.

seguinte foi abolida a organização militar republicana e, muito embora tivesse sido mantido o princípio do serviço militar pessoal e obrigatório, foram aumentados os efectivos dos oficiais do quadro permanente e os das praças em serviço efectivo presentes nas fileiras. Simultaneamente, foi levada a cabo uma rigorosa depuração dos militares politicamente adversos do novo regime e acentuou-se progressivamente o controlo sobre as Forças Armadas.

No âmbito militar, o período do Estado Novo, foi caracterizado, no plano institucional, pela perda de autonomia organizacional das Forças Armadas, no plano organizacional, por uma tendência profissionalizante, conjugada com a selecção política e a doutrinação ideológica dos quadros e, ao nível das missões, por uma orientação prioritária para a segurança interna. O objectivo final era a auto-reprodução do próprio regime com o apoio das Forças Armadas, e o certo é que, apesar de o processo não ter sido completamente pacífico nem totalmente conseguido, até à década de setenta o poder político conseguiu o controlo institucional daquelas.

O regime democrático instituído com o 25 de Abril, não só manteve o serviço militar obrigatório como lhe conferiu uma maior relevância constitucional, fazendo dele a base



fundamental de organização das Forças Armadas.

Contudo, a partir da década de noventa, em Portugal, como em quase todos os países europeus, o modelo de serviço militar obrigatório entrou em crise, preterido em favor de sistemas alternativos mais profissionalizados, como consequência do desaparecimento de uma ameaça militar global, de uma maior cooperação em organizações colectivas de segurança e defesa, do aprofundamento da integração europeia a todos os níveis, incluindo o anterior, e da desadequação do sistema de conscrição às novas missões das Forças Armadas.

Conclusão

Apesar de, como se referiu na introdução, porventura excessivamente sintético, este texto permite evidenciar as conexões entre os sistemas políticos e os sistemas militares ao longo da História de Portugal, ressaltando a permanência do serviço militar obrigatório, embora tenham sido diferentes as formas de recrutamento e de permanência nas fileiras.

O serviço militar obrigatório configurou até aos nossos dias um dever dos cidadãos, enquadrado num sistema mais amplo de defesa nacional, acompanhando o desenvolvimento e a afirmação do poder soberano do Estado Moderno e atingindo a sua máxima expressão, como dever geral e pessoal, no período desde o século XIX ao final da II Grande Guerra, ou seja, no período alto do Estado-Nação.

Mas, com o termo daquela, os Estados começaram a integrar-se em organizações colectivas, com diversos fins, avultando, no espaço euro-atlântico, a formação da NATO e, no continente europeu, a criação da Comunidade Europeia. Neste novo ambiente, o Estado-soberano perdeu o exclusivo das suas competências tradicionais, convencendo o seu exercício em comum com outros Estados-membros. A sua crise não significa, porém e necessariamente,



a crise do Estado-nacional, porque o Estado foi sempre, e assim continua a ser hoje, uma forma contingente de servir a comunidade nacional e terá de adaptar-se aos constrangimentos do processo globalizante em curso. No domínio político europeu, a óptica da cooperação intergovernamental dos anos oitenta, deu lugar, após Maastricht, a uma política externa e de segurança comum, a qual, após o Tratado de Amesterdão, passou a incluir, também, uma política de defesa comum que, nos nossos dias, se encaminha já para uma defesa comum europeia, no quadro do aprofundamento da União Política Europeia e da criação de uma Identidade Europeia de Segurança e Defesa, compatível e articulada com a NATO.

Torna-se cada vez mais claro nos nossos dias que o sistema de conscrição é cada vez menos coerente com a nova lógica política e militar, perdendo progressivamente sentido à medida que os Estados europeus aprofundam a sua integração e a prioridade tradicional das missões de defesa nacional cede lugar à prevalência das missões externas das Forças Armadas, no âmbito das organizações de segurança e defesa comum a que pertencem.

Oxalá a boa-fé e a defesa dos interesses e da segurança dos cidadãos continuem a ser a regra nas relações entre os Estados, tendo como fins últimos a realização plena da Democracia, da Paz e do Progresso à escala da Humanidade.

Augusto José Monteiro Valente
Major General



CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS

CONDIÇÕES EXCEPCIONAIS PARA O EXÉRCITO

Desde Julho de 1997 que os Bancos Crédito Predial Português, Totta & Açores e Pinto & Sotto Mayor mantêm um relacionamento privilegiado com o Exército, tendo vindo, progressivamente, a introduzir melhorias às condições oferecidas, as quais são verdadeiramente excepcionais. Beneficiam destas condições todo o pessoal do Exército, no activo, reserva ou reforma (Militares, Militarizados e Civis), incluindo os Voluntários e Contratados que recebam o ordenado através do C.P.P., B.T.A. e B.P.S.M. ou assumam o compromisso de transferir ou depositar as respectivas pensões nestes 3 Bancos. Estão ainda abrangidos os cônjuges dos Servidores do Exército para efeitos de atribuição de Cartões, Empréstimos à Habitação, Empréstimos para Fins Sociais e Crédito Pessoal.

Apresentam-se, em resumo, as condições actualmente em vigor.

CRÉDITO À HABITAÇÃO

Crédito para aquisição, construção e realização de obras de Habitação Própria Permanente e Secundária, com uma taxa de juro nominal igual a 120% da Lisbor 1 mês⁽¹⁾, arredondada para 1/8 de ponto imediatamente superior. Actualmente esta taxa é de 4,0% usufruindo, ainda das seguintes vantagens:

- Redução de 50% nas despesas de avaliação e comissão de dossier;
- Seguro de vida facultativo;
- Na transferência de HP de Outras Instituições isenção de despesas de avaliação e comissão de dossier;
- Óptimas condições para adquirir terrenos e sinalizar a compra da habitação, com taxas indexadas à operação HP acrescidas de Spreads, respectivamente de 1% e 2%.

Para além da opção Taxa Variável, estão disponíveis outras alternativas que lhe permitem controlar o risco de subida de taxa de juro.

- Opção **Taxa Protegida** que lhe garante que a sua taxa não ultrapassará um determinado tecto.
- Opção **Taxa Garantida** para eliminar o risco de variação da taxa de juro, permitindo planear com segurança o valor da prestação. A taxa é fixa por períodos de 5, 10 ou 20 anos.

Para Crédito Bonificado à Habitação estão ainda disponíveis condições especiais para Jovens até 30 anos e Deficientes, extensíveis aos filhos dos Militares, Militarizados e Civis do Exército.

Para quem não tem domiciliação de vencimentos ou pensões, será aplicada uma taxa de juro variável, para Empréstimo à Habitação, de 140,42% da Lisbor 1 mês⁽¹⁾.

CRÉDITO MULTIFUNÇÕES

Crédito para qualquer finalidade com taxa de juro a aplicar igual à da operação de Crédito Habitação, ou seja 120% da Lisbor 1 mês⁽¹⁾, sendo o prazo máximo de 30 anos.

CRÉDITO AUTOMÁTICO CPP ORDENADO

Acesso a crédito automático disponível todo o mês, que permite a antecipação até 3 vezes o ordenado líquido mensal, com aplicação de uma taxa de juro, muito atractiva, igual a 172% da Lisbor 1 mês⁽¹⁾, o que actualmente se traduz em 5,825%.

CRÉDITO PESSOAL

Linhas de Crédito para diversas finalidades.

- **Crédito para Fins Sociais**, saúde, formação profissional e aquisição de equipamento para actividade profissional e reparação ou melhoria de habitação, com aplicação de uma taxa de 114,8% da Lisbor 6 meses⁽²⁾ e prazo até 36 meses.

Nas actuais condições a taxa a aplicar, é de 4,125%.

- **Crédito Popular CPP**, com prestação fixa e prazo pré-determinado, máximo de 60 meses, com uma taxa fixa durante o período do empréstimo igual a 141,22% da Lisbor 6 meses⁽²⁾, actualmente de 5,125%.

O somatório destes dois créditos só poderá ultrapassar os 5.000 contos por razões de saúde. Neste caso o excedente daquele valor será avaliado pelo Exército.

CARTÕES

Cartões de Débito: Atribuição do Cartão C.P.P. Premier ou equivalente no B.T.A. ou B.P.S.M. aos Oficiais (QP), Topo de Carreira de Sargentos (Mor, Chefe, Ajudante e 1º Sargento do QP), Militarizados e Civis Equiparáveis, com acesso a uma linha de crédito, renovável, actualmente de 2000 contos, regularizável até 12 meses, sujeita à taxa de juro de 147,66% da Lisbor 6 meses⁽²⁾, actualmente 5,365%, com arredondamento. Este cartão tem associado um package de seguros, muito diversificado, sendo a sua anuidade reduzida em 50%.

Para todo o pessoal militar e civil está disponível, gratuitamente, o cartão CPP Garantia que funciona em Portugal, na rede Multibanco e no Estrangeiro no Sistema Internacional, redes CIRRUS (ATM's) e Maestro (POS).

Estes dois cartões para além de efectuarem todas as funções da rede Multibanco, incluindo transferências interbancárias, têm ainda a função de garantia de cheques, em território nacional, até 30 contos cada.

Cartões de Crédito: Disponível o Cartão Mercúrio com um plafond de crédito revolving, a definir.

Este cartão de Crédito Visa Classic está isento da 1ª anuidade e beneficia da redução de 50% da taxa de juro aplicável, apresentando vantagens substanciais, nomeadamente a de reverter para o cliente 1,15% do valor de todas as compras realizadas com o cartão.

Podem ainda ser atribuídos outros cartões, Gold ou Classic, com redução de 50% das respectivas anuidades e taxas de juro, sendo o plafond do crédito definido casuisticamente.

DEPÓSITOS À ORDEM

Remuneração, em condições vantajosas das contas de Depósitos à Ordem alimentadas a crédito por "vencimentos" e pensões pagas pelo Exército, aplicando-se taxas crescentes em função do escalão de saldo, indexadas à Lisbor 1 mês⁽¹⁾, com cálculo diário e crédito mensal de juros.

Estas contas estão isentas da comissão de gestão de conta.

OUTRAS CONDIÇÕES

São ainda concedidas outras condições excepcionais, nos seguintes produtos:

- Package C.P.P. Jovem, destacando-se a conta Poupança Habitação Jovem.
- Contas Poupança Habitação e Poupança Condomínio.
- Contas Especiais, com grande flexibilidade e aplicação de taxas de juro crescentes em função do escalão de saldo.

Estão ainda disponíveis outros produtos tais como, Fundos de Investimento, Seguros, Leasing, Mobiliário e Imobiliário, ALD, entre outros.

PARA INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES CONSULTE QUALQUER BALCÃO DO C.P.P., B.P.S.M. OU B.T.A.

⁽¹⁾ Lisbor 1 Mês em 03.01.2020 = 3,2342%

⁽²⁾ Lisbor 6 Meses em 03.01.2020 = 3,5816%



CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS
ESPECIALISTA EM HABITAÇÃO

Sede Social: Rua Augusta, 237 — 1100-051 LISBOA

Matriculada na C.R.C. de Lisboa sob o n.º 1587 • Contribuinte n.º 500 844 321 • Capital Social: 33.000.000 000800 • Internet: www.cpp.pt

3º BIMoto



Preparação do Batalhão

1. Constituição do Batalhão

Em Junho de 1998, o 1º BIMec, recebe a missão de formar o 3º BIMoto / SFOR II, para cumprir mais uma missão como Força Nacional Destacada (FND), no Teatro de Operações (TO), da Bósnia e Herzegovina (BiH).

2. Selecção dos militares a integrar

A constituição de uma força, jamais foi uma tarefa fácil, muito menos quando em presença de um processo de reestruturação constante e contínuo.

Na categoria de praças o preenchimento do QOP do Batalhão fez-se com base no "recrutamento" interno da Brigada Mecanizada Independente, que as suas unidades partilharam de forma e desgastante para o seu dia a dia, do esforço que foi formar mais um Batalhão da Brigada, para uma missão de manutenção de paz na BiH. Temos a noção que o processo não é o melhor. Contudo quando temos a oportunidade de falar com militares de outros países, verificamos que o processo de formação de unidades, para participar em missões no estrangeiro é resolvido da mesma forma. Um exemplo, concreto e recente, aconteceu com a unidade alemã durante o "STRONG RESOLVE 98". A força constituída, jamais tinha trabalhado em conjunto. Outros exemplos semelhantes se verificam no TO da BiH.

Todavia só o ingresso não chega, já que o processo de integração de um militar numa unidade, para uma missão de paz, como para qualquer outra missão, tem que sofrer um processo selectivo, exigente, duro e abrangente (praças, sargentos e oficiais).

Tivemos a possibilidade de o fazer, melhorando a proficiência e reforçando o espírito de corpo da unidade. A existência de um conjunto de sargentos e oficiais já com um bom conhecimento da unidade onde se encontram inseridos é um importante factor, para manter e inculir naqueles que a integram a "maneira de ser e de estar dessa unidade". Ao fim de contas esse é o conhecimento que não está escrito e que só se vê e aprende após participar no trabalho do dia a dia, "a cultura da unidade".

3. Treino Operacional, Exercícios Realizados e Quadro Orgânico de Pessoal

A Instrução Colectiva foi planeada a partir de 80 objectivos de habilitação devidamente seleccionados de acordo com as orientações do escalão superior, da experiência do batalhão e de outras unidades que cumpriram a mesma missão na BiH e ainda do acompanhamento efectuado acerca da situação no TO durante todo o período de aprontamento.

A ICol teve início a 01SET98, tendo o 3ºBIMoto/SFOR II formado pela primeira vez na parada do 1º BIMec em 10SET98.

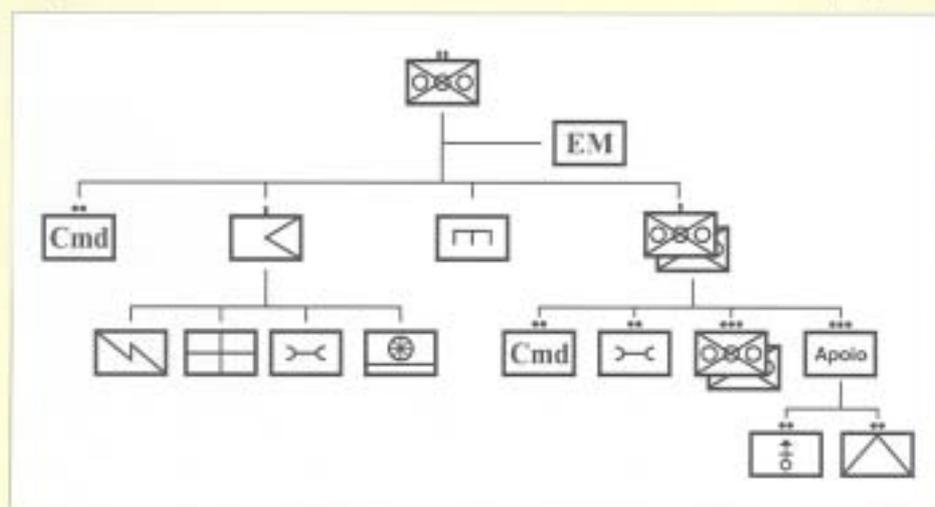
Os 80 objectivos de habilitação foram escolhidos dentro das seguintes áreas:

- Instrução individual de armamento;
- Instrução individual NBQ;
- Instrução individual Sap;
- Instrução individual Sotc;
- Instrução individual Top;
- Instrução individual Tm;
- Emprego táctico A/Car;
- Emprego táctico MortM;

- Técnicas operacionais das Op Ap Paz;
- Patrulhamentos;
- Protecção de Itinerários;
- Combate em áreas urbanas;
- Defesa de um ponto sensível /defesa de posição;
- Ataque imediato;
- Op Aeromóveis;
- Tiro;
- Instrução tiro individual;
- Instrução de tiro de combate;
- Marchas apeadas e motorizados;

No âmbito da instrução de quadros

- Instrução teórica Op Ap Paz;
- Estrutura e organização das Nações Unidas;



/ SFOR II

- Legislação de conflitos armados;
- Actividades e tipos operações paz;
- Técnicas de relação com o conflito;
- Procedimentos p/comunicações rádio;
- Ameaça minas, artificios explosivos e armadilhas;
- Ap logístico e administrativo em Op Ap Paz;
- Organização do Comando e EM da SFOR;
- Estudo geopolítico da Bósnia - Herzegovina;
- Estatuto da força;
- Quadro Orgânico de Pessoal

Foi aprovado por despacho de S. Ex.^o Gen CEME de 28AGO98: o QOP para 3^o BIMoto/SFOR, que lhe permite ter a organização conforme se encontra representada no organigrama.

Exercício realizados.

Foram realizados exercícios para validação e treino da força:

De 02NOV98 a 13NOV98 - exercício de escalão Pelotão com apoio aéreo (10 horas de voo); este exercício enquadrou várias tarefas críticas de escalão Sec e Pel.

Foi realizado duas vezes consecutivas permitindo às sub-unidades rodar o treino das várias tarefas, por forma a que todos atingissem os objectivos propostos;

De 16NOV98 a 27NOV98 - exercício escalão Companhia sob responsabilidade do CITOAP, com base no estacionamento da pista de aviação/CMSM a fim de ser executada a validação externa das companhias.

De 02DEC98 a 10DEC98 - exercício escalão Batalhão com materialização de incidentes coordenados pela BM/CMSM, (incluiu heli transporte de um efectivo de 2 pelotões).

Foi realizado na região da serra da Padrela onde o terreno e condições meteorológicas se assemelham às do TO BiH.

4. O Batalhão no Teatro de Operações

a. AOR do 3^o BIMoto e a sua ocupação

Decorreu em 121100JAN99 em

ROGATICA a cerimonia de transferencia de autoridade (TOA) do Agr ALFA/ BLI para o 3^o BIMoto/SFOR. Presidiu a referida cerimonia o Gen Cmtd da Divisão Multinacional Sudeste (DMNSE), Gen Pierre Lang.

O 3^o BIMoto participou na cerimonia com o efectivo de um pelotão garantindo a defesa imediata e afastada do aquartelamento.

O Batalhão ocupou um dispositivo, de acordo com as posições já consolidadas no terreno desde meados de 96. Consideram-se 5 posições no TO da BiH, em SARAJEVO, ROGATICA, VITKOVICI, e repetidores de JABUKA e ZHRID.

b. Caracterização da situação geral à chegada ao TO e o seu desenvolvimento

O 3^o BIMoto entrou no sector com a maior parte do seu efectivo numa situação de instabilidade real. Deveu-se tal facto à captura e morte do indiciado de guerra (PIFWC), Gagovic, tendo a acção sido realizada por forças especiais SFOR (FR). Decorreu perto de USTIPRACA (20 Km de ROGATICA). Os posteriores ataques à esquadra da IPTF, em FOCA fizeram aumentar a possibilidade de acções semelhantes virem a acontecer. Foi com este "pano de fundo" que o 3^o BIMoto no dia 12 de Janeiro, assumiu por completo o rumo das operações. As rendições de unidades constituem sempre momentos de grande

vulnerabilidade. O Agr ALFA/BLI, previu esta situação, pedindo em tempo oportuno o reforço do efectivo, que não foi disponibilizado. Contudo no deslocamento do efectivo numeroso do 3^o BIMoto, a BMNN a pedido, apoiou o nosso deslocamento, a partir de Sarajevo com um pelotão de atradores blindado. Felizmente foi possível entrar no sector com uma situação destas. As missões de paz, nem sempre são apenas o que o nome indica. A volatilidade dos cenários vividos é grande, alternando as missões tipicamente de paz, com as de prevenção de actos hostis em ambiente urbano.

Desenvolvimento da situação geral

Dividimos a missão em duas fases. A primeira inicia-se com o TOA (Transference Of Authority) em 12 de Janeiro de 99, até 23 de Março de 1999. O outro período tem início no dia 24 de Março e decorre até ao fim da missão. A primeira fase é nitidamente marcada pela urgência excessiva no cumprimento de objectivos definidos pela Comunidade Internacional. Foram apresentados por intermédio do alto representante para a BiH, CARL WESTENDORF, numa conferência de imprensa em Novembro de 98 e posteriormente consolidados na conferência de Madrid. O regresso de refugiados e deslocados até ao fim do ano era mais do que uma intenção, era uma prioridade a concretizar, independentemente das condições existentes. A detenção dos últimos



indiciados de guerra era outra tarefa a concluir. A implementação, fiscalização e desenvolvimento das instituições democráticas foi considerada como outra área prioritária até ao fim de 1999. Tal como se previa destinava-se a ser um período de implementação e desenvolvimento da lei e ordem. Durante todo este período vivemos de forma intensa a possibilidade de vir a ocorrer uma operação de captura de indiciados de guerra na nossa AOR. O regresso de refugiados parecia-nos muito distante de acontecer, devido à falta de infraestruturas de apoio. Os contactos com as autoridades civis e militares, logo a seguir à morte de "Gagovic", estavam geladas. Qualquer aproximação era difícil de estabelecer, embora com o passar de algumas semanas estes contactos tenham melhorado. Tal facto só não aconteceu para as forças francesas, que continuaram sempre com bastantes ameaças de actos de retaliação. Consta que teriam sido forças especiais francesas que tinham intervido na captura e morte de Gagovic. O Batalhão como possui militares franceses em três das suas posições, preparou-se e implementou as medidas anti-terrorismo, para fazer face a qualquer situação do género. A possibilidade de um ataque desse tipo, a instalações onde estivessem militares Franceses foi bem real. As companhias desenvolviam as suas missões dentro de um estado de alerta mais elevado do que o normal, registando em algumas áreas reacções bastante frias e distantes.

Contudo o batalhão nunca deixou de realizar acções de patrulhamento na sua AOR. A protecção às Organizações Internacionais começou a ser assunto de destaque.

O estudo, levantamento de novos dados e novas coordenações dos planos de evacuação com essas entidades foram ultimados em tempo recorde. Iniciaram-se os treinos desses planos, só em GDRAZDE, enquanto em ROGATICA acolhíamos elementos da IPTF (International Police Task Force), como medida de precaução. Para complementar estes acontecimentos, a situação política na República Sérvia deteriorava-se significativamente com a destituição do seu presidente, Nikola Poplasen por Carl Westendorp alto representante para a BiH. Os partidos mais radicais tipo SDS e SRS, ganhavam argumentos para reforçar a sua política ultranacionalista e anti-comunidade internacional.

Entretanto à medida que o tempo passava, a possível intervenção da NATO contra a República Federal da Jugoslávia (RFJ), ganhava contornos bem reais.

A 2ª fase, começa no dia 24 de Março, às 05H00 com os primeiros bombardeamentos sobre a RFJ. Os objectivos definidos pela Comunidade Internacional ficam altamente comprometidos, já que a insta-

bilidade e insegurança voltaram a surgir num nível bem elevado. Se até à data tínhamos trabalhado na maior parte das vezes na eventualidade de apolar as OI, neste período essa atitude passou a ser uma realidade. No período imediato ao início dos ataques a reacção das pessoas foi de grande consternação. No dia 26 de Março de 1999, por volta das 18H30 cerca de 200 pessoas em frente do nosso estacionamento em ROGATICA, juntaram-se para rezar pelos mortos da guerra do KOSOVO. Apesar da atitude perfeitamente pacífica e de carácter religioso, acabou por ser um indício bem explícito que o descontentamento não iria ficar por ali. De facto assim foi. Muitas outras manifestações aconteceram, com organizações de apoio conhecidas outras mais camufladas, não se registando até ao final qualquer acto hostil contra o Contingente Português.

Face às notícias do escalão superior e em face de estado de alerta se ter alterado, já tínhamos evacuado para a nossa unidade em ROGATICA uma equipa de observadores da comunidade europeia. As esquadras da IPTF de ROGATICA e VISEGRAD também foram evacuadas para as nossas posições em ROGATICA e VITKOVICI, respectivamente.

A par de todos estes acontecimentos as patrulhas das companhias continuavam, procurando manter na medida do possível um contacto regular mas aperiódico com as populações. Outros acontecimentos surgiram, como seja o corte da linha de caminho de ferro perto da cidade de RUDO (Operação ABIGAIL), com a morte de um civil sérvio, que em nada contribuiu para uma melhoria da situação particular.

c. Na conduta das operações

Na preparação, planeamento e conduta das operações, podemos fazer referência a duas áreas da actividade operacional:

– Uma resulta da actividade de planeamento a longo prazo e que tem que ver com as operações consideradas de patrulhamento e de carácter defensivo.

A primeira, o "Patrulhamento" pode ser definido no âmbito das operações de paz, pela acção levada a efeito por patrulhas devidamente coordenadas, que percorrem frequência e densidade, itinerários incidindo onde se sabe ou se presume, que existam acções com vista a violar os acordos estabelecidos. A sua finalidade é:



- Garantir a presença necessária;
- Obter notícias sobre as entidades militares, população e ameaça;
- Combater se necessário garantindo o potencial de combate necessário à patrulha a fim de poder reagir com superioridade sobre a ameaça mais provável de acordo com o estudo da situação real.

– Uma segunda resulta da necessidade de se cumprirem operações com objectivos específicos, decorrentes do evoluir da situação, obrigando a um intenso e permanente planeamento de contingências, que embora desgastante, leva-nos a cumprir as missões mais complexas e mais aliciantes.

Neste último quadro propomo-nos a fazer uma abordagem breve e genérica de alguns pontos que podem constituir maior preocupação, no planeamento e conduta deste tipo de actividade operacional:

– A ordens preparatórias atribuídas ao batalhão são difundidas com pouco respeito pelos princípios doutrinares a par de que a informação normalmente disponível é pouca e imprecisa.

– O tempo disponível para estudo e planeamento é escasso, obrigando a tomadas de decisão rápidas que levem à proposta de uma modalidade de acção que nasça e se desenvolva em perfeita sintonia com o conceito do comandante do Batalhão. Atender ao tempo disponível permitindo às subunidades tempo para preparação e planeamento é muito importante para o sucesso das operações, que em grande número de situações só foi possível devido ao valor indiscutível dos quadros e tropas existentes nas subunidades.

– Com bastante frequência foram atribuídas forças ao Batalhão com uma natureza muito específica e com missões precisas já atribuídas pelo escalão superior. Por esse motivo estas unidades de baixo escalão eram-nos atribuídas sob TACON.

Definir as relações de comando logo de início, constituiu uma preocupação de primeira prioridade junto do escalão superior.

- A preparação e condução de operações específicas em conjunto com forças de outras nacionalidades, constituiu uma acção complexa, uma vez que as relações de comando NATO não são sempre respeitadas e definidas. Por esta razão é fundamental um bom planeamento, assim como exercer uma forte acção de comando logo que as forças nos sejam atribuídas, aspecto em que o Batalhão se deve empenhar desde a primeira hora da difusão da ordem preparatória.

As forças atribuídas com maior regularidade foram:

- **NÚCLEO DE POLICIA MILITAR IT (CARABINIERI)**- Atribuídos sob TACON, normalmente empregues na ligação à IPTF ou em actividade de patrulhamento móvel e de apoio técnico às nossas forças no que respeita à solução de incidentes que sob o ponto de vista legal teriam uma solução mais complexa.

- **NÚCLEO DE BOI (BASE OPERATIVA INCURSORI IT)**- Atribuídos sob TACON, normalmente empregues em operações especiais. Em resultado da nossa experiência podemos referir que esta força foi normalmente empregue em missões de segurança próxima ou outras que impliquem maior risco.

- **NÚCLEO DE BOE (BONIFICA ORDIGNI ESPLOSIVI IT)**- Unidade de Sapadores atribuída sob TACON, empregue normalmente na desactivação de engenhos explosivos, limpeza de instalações ou áreas suspeitas e avaliação das condições de segurança no transporte / confiscação de material explosivo.

- **MSU (MULTINATIONAL SPECIALIZED UNIT)**- Unidade de polícia de intervenção para controlo da ordem pública, atribuída sob TACON ao comando da SFOR, que por sua vez delega na Divisão, podendo em alguns casos ser atribuída à Task Force que comanda determinada operação específica. O seu empenhamento nunca se verificou durante o cumprimento da nossa missão.

- Em todas as operações, normalmente as tarefas atribuídas ao Batalhão foram, montar dispositivos que permitissem isolar os objectivos através da execução de Postos de Controlo e Patrulhas de vigilância e ligação, num único ou vários anéis de segurança. Garantir uma reserva forte por forma a intervir na área do objectivo ou noutro ponto da área de interesse.

- Noutras operações foram-nos atribuídas forças de escalão Pelotão e Companhia. Estas já com uma relação de comando diferente por forma a permitir maior capacidade de coordenação e rapidez de reacção no cumprimento das missões de controlo e vigilância junto da fronteira com a República Federal da Jugoslávia (FRJ), zona

de extrema sensibilidade após o início da intervenção da NATO no KOSOVO;

- No desenvolvimento e na sequência da acção da NATO no KOSOVO (24 Março 99), uma das medidas implementadas, como já referido no ponto anterior, foi um incremento de operações com vista ao controlo e vigilância nas áreas contíguas à fronteira. Foi então implementado o Plano de Operações "FRONTIERE V". Rapidamente se verificou, que grandes dispositivos, estáticos, como o que estava previsto para esta operação, com a execução de postos de controlo fixos durante longos períodos de tempo aumentaram o grau de vulnerabilidade da força, num período em que a ameaça contra a SFOR assumiu maior preocupação, com a possibilidade de poderem ocorrer acções terroristas organizadas por grupos ou elementos extremistas da República Sérvia da BiH, o que chegou mesmo a ocorrer, embora nunca contra as nossas forças. O facto obrigou a que se organizassem as posições por forma a que fosse possível aumentar o grau de protecção da força. Esta situação implicou efeitos negativos junto das populações e da sua actividade diária, problema para o qual o conceito do Comandante do Batalhão manteve permanente atenção e extrema sensibilidade. A solução acabou por apontar para modalidades de acção em que se privilegiou o Patrulhamento móvel com a execução de Postos de Controlo de menor duração, acções estas enquadradas num dispositivo que permitiu criar reservas fortes à retaguarda e em locais que permitissem alguma dissimulação e até "discrição", com prazos de intervenção curtos de acordo com a situação.

- Com esta breve e ligeira abordagem acerca de parte da nossa actividade operacional desenvolvida, pretendemos fazer referência a dois pontos que apresentamos como conclusão neste pequeno artigo. Dois pontos que sem dúvida condicionam a nossa actividade de planeamento e execução das operações, para os quais o comando do Batalhão teve constante atenção:

- A definição clara das relações de comando com outras forças atribuídas para o cumprimento das operações com objectivos mais

específicos;

- O binómio definido pelo grau de protecção da força e a relação com a população civil, obriga a que as decisões sejam tomadas com ponderação, por forma a garantir a protecção da força por um lado e a travar o aumento de tensão que possa levar ao escalonamento do conflito, por outro.

Por último não seria justo falar da nossa experiência sem fazer referência ao elemento mais preponderante no cumprimento de mais uma missão do 1º BIMec.

O Soldado

O que dizer do homem que transmite, transporta e divulga "o ser português", o que dizer daquele que apesar da intensidade, rotina e desgaste contínuo insiste em preservar a mesma tenacidade, perante as adversidades e contingências que se vivem numa missão destas? É difícil e por mais palavras que se arranjam não chegam. O Comandante da BM/CMSM em convívio com militares do Batalhão, disse algo que não podemos esquecer e que aqui ficará escrito: "encontrei nestes homens a mesma garra, a mesma vontade e capacidade de adaptação dos homens que comandi em África. A "massa" é a mesma e é boa. É um orgulho constata-lo."



I Encontro de Operações de apoio à Paz do CMSM

recolha e difusão de experiências

Decorreu em 13/14Out99 no Auditório do QG/CMSM e organizado pelo CITOAP, o I ENCONTRO DE OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ DO CMSM, com o objectivo definido de se fazer uma recolha de informação sobre este tipo de operações e simultaneamente tentar a sua difusão não só na Brigada Mecanizada Independente (BMI), encargo operacional do CMSM, mas através de convites a outras UU/EE/OO, conseguir essa difusão ao Exército.

No âmbito interno, assistiram os quadros das UU da BMI até ao escalão companhia. Do exterior do CMSM assistiram oficiais do Comando da Instrução, da AM, do IAEM, das Escolas Práticas das Armas, do CIOE das outras Brigadas Operacionais (BAI e BLI) e Corpo de Fuzileiros.

O Encontro iniciou-se em 13 Out pela manhã com a intervenção de dois oficiais sobre a missão MINURSO no Sara Ocidental, o Cap Cav^o Vargas de Sousa do CTAT e o Cap Tms Viegas Nunes da AM.

Depois do almoço teve lugar a intervenção da Armada sobre a "Operação Crocodilo", que decorreu de 10Jun a 20Jul99 nas águas da República da Guiné-Bissau (RGB) para a extracção de nacionais portugueses e estrangeiros desse país em consequência da situação de conflito que lá se vivia.

Dia 14Out99 de manhã foi a vez

da missão MONUA a cargo dos Major Inf^o Leitão do IAEM e Maj Tms Chambel do CIE, respectivamente, sobre a CLog6 e a CTM5.

No mesmo dia depois do almoço coube a vez ao 3ºBIMOTO/SFOR II que regressado recentemente do TO da Bósnia-Herzegovina (Jul99) nos actualizou a situação, tendo falado 2 oficiais do 1ºBIMec e 1 Oficial do QG/ BMI que integrou esse Batalhão.

Pode dizer-se que as intervenções tiveram um nível elevado e que as conclusões tiradas permitiram configurar o objectivo pretendido. Despertou uma curiosidade maior a intervenção da Armada, por razões diversas e que se prendem com o quase desconhecimento que os militares do Exército têm dos procedimentos navais.

Todas as sessões contaram com a intervenção do público que pela colocação de muitas questões inter-reagiu com os oradores,

permitindo assim o esclarecimento adicional de muitos assuntos.

Mas, mais do que a revista do programa e a forma como decorreu, interessa abordar, embora sucintamente, as exposições feitas e retirar delas as suas conclusões/propostas para também através desta publicação proceder à sua difusão.

E, por ordem cronológica, começaremos por falar nas intervenções dos Cap Tms Viegas Nunes e Cap Cav Vargas de Sousa



sobre a Minurso.

Designada Missão das Nações Unidas para o Referendo no Sahara Ocidental (Minurso) tem a sua missão definida no título. Dado ser uma missão constituída por observadores, não tendo portanto, unidades constituídas, não haverá grandes lições a retirar.

O orador começou por um bosquejo histórico, seguido dum estudo das características da região e dos antecedentes do conflito. Foi importante a caracterização do ambiente operacional e a descrição das actividades dos observadores bem como das suas dificuldades, pois esclareceu possíveis interessados neste tipo de operações. Foi ainda abordada com algum pormenor a questão das comunicações.

Pelas 14H00 iniciou-se a apresentação da Armada a cargo da CFR BONIFÁCIO LOPES com o seguinte sumário:

- Cenário
- Preparação da missão
- Execução da missão
- Considerações finais
- Recomendações
- Intervalo
- Projectação de filme
- Período de discussão

A preparação da força naval composta por 4 navios decorreu nas proximidades do dia 10Jun (Feriado Nacional) que neste ano conduziu a um fim de semana alargado. No entanto, tudo se conseguiu e a bordo dos navios foi embarcado uma



força de fuzileiros de 120 homens (9Of+13Sarg+98Praças).

A missão da força era: "Executar uma operação de recolha do pessoal militar nacional em missão na República da Guiné-Bissau e de civis nacionais e de países amigos nela residentes, a fim de garantir e preservar a sua segurança".

A missão teve inicialmente dificuldades no aspecto de obtenção de informações mas após a chegada ao TO a situação alterou-se positivamente, sendo de realçar a obtenção de informações a partir das rádios locais e banda do cidadão. A evacuação de refugiados foi sendo feita, vencendo dificuldades diversas e entre 16Jun e 15Jul atingiu o total de 1237 pessoas. Os helicópteros embarcados demonstraram a sua extrema utilidade tendo efectuado transportes de manobra, transportes de cargas e passageiros, missões logísticas em favor da força naval e missões de reconhecimento. Foram também muito úteis no apoio às negociações de paz.

Como lições a extrair desta operação referem-se:

- Absoluta necessidade de helicópteros neste tipo de missão
- Deve ser adoptado o conceito de Joint Task Force
- Necessidade duma unidade naval multi-uso

- Necessidade de ser promulgada doutrina conjunta
- Possibilidade de lançamento de cargas no mar
- É necessário serem promulgadas listas-chave nacionais
- Necessidade de compatibilização das máquinas de cifra.

Com esta intervenção cumpriu-se o primeiro dia do Encontro.

Em 14Out99, pelas 09H30 iniciou-se a apresentação da operação das Nações Unidas em Angola, designada MONUA, começando-se pelas transmissões. O Maj Tms CHAMBEL, ex-Comandante da CTM5 abordou o dispositivo de comunicações da MONUA, explicando o seu desenvolvimento, implantação no terreno, actividade, tendo sido projectado um filme que muito elucidou sobre a referida companhia.

Ainda de manhã o Major Inf LEITÃO do IAEM falou sobre a CLog 6, unidade que tinha comandado, e em que abordou a missão da unidade, e o conjunto de actividades que ela executou que são impressionantes pelo seu número como seja a referência aos quilómetros percorridos (1188076 Km) e o transporte de 23137 pessoas. De referir, ainda, o transporte de vinte milhões de litros de água. Foi, também, projectado um filme sobre as principais actividades da CLog 6.

Na tarde do dia 14Out coube a vez ao 3ºBIMoto/SFOR, recen-



temente chegado da Bósnia-Herzegovina, e que constituiu a intervenção mais esperada por se tratar duma experiência recente e o escalão com que no fundo o Exército Português está a trabalhar. As diversas intervenções dos Oficiais do EM do Batalhão abordaram as seguintes áreas: Aprontamento e instrução, Conduta das operações, Informações, Assuntos Cívicos e Logística.

Esta intervenção foi muito alargada, ocupando quase três horas e foi exaustiva. No entanto, só interessa aqui reproduzir as conclusões/experiências recolhidas.

E, na área da instrução/aprontamento duma força de escalão Batalhão retira-se a seguinte grande conclusão: o período de tempo ideal é de oito meses divididos do seguinte modo:

1º Mês:

Cursos no exterior da unidade

2º Mês:

Instrução individual para nivelamento



3º Mês:

Instrução colectiva (ataque imediato)

4º Mês:

Instrução colectiva (operações de defesa)

5º Mês:

Técnicas operacionais nas operações de apoio à paz

6º Mês:

Idem

7º Mês:

Validação da instrução

8º Mês:

Execução do plano de carregamento e transporte.

Na vertente de informações e assuntos cívicos foram analisados as ONG'S e as OI presentes no teatro

de operações sendo escalpelizadas as suas tarefas e procedimentos.

Por último na questão logística foram abordados, principalmente os meios utilizados, os procedimentos a ter nas diversas funções logísticas, e foram analisados os dados estatísticos referentes à missão.

Em dois dias não foi possível fazer melhor.

Num artigo de revista também não é possível descrever muito mais. Fica só o apontamento de que cópia de todas as intervenções foram disponibilizados às GU operacionais bem como a outras UU/OO do Exército que possam vir a ter interesse nestes assuntos.

Armando A. G. Borges
Ten Cor Infº



Artes Gráficas

e-mail: tip.marques@mail.pt

Rua Direita, 23 - 2140-665 CARREGUEIRA

Tipografia
lapelaria

de: ROGÉRIO MARQUES DA GRAÇA

MARQUES

Impressão em:

Tipografia e Offset
Fotocomposição
Seleção de Cores

REVISTAS • DESDOBRÁVEIS • CATÁLOGOS
DESIGN GRÁFICO • LOGOTIPOS • SIGLAS
Serigrafia



Nível operacional da guerra

a necessidade e a realidade

Introdução

Nos dias de hoje o desfecho de uma campanha ou de uma operação, cada vez menos está dependente do êxito de uma batalha. Cada vez mais se torna necessária a integração dos resultados obtidos num Teatro de Operações (TO) para se poder garantir a consecução dos objectivos fixados pela política dos estados beligerantes. É no duplo papel de "instrumento" que permite a consecução daqueles objectivos e de "braço" integrador de resultados, que a "Arte Operacional" assume um papel preponderante.

Nos dias de hoje, ignorada por muitas das Forças Armadas e aclamada por outras, confundida, nos seus conceitos, por muitos teorizadores e disputada, na sua independência, por algumas áreas do saber, a Arte Operacional tem sido muito falada e sido alvo de interesse.

Ao longo deste artigo procuraremos fazer uma curta retrospectiva da génese e desenvolvimento da Arte Operacional, definir qual o seu enquadramento com a Estratégia e a Tática, visualizar a sua necessidade, dissertar de uma forma breve sobre a sua

conceptualização e procurar definir como em Portugal se materializa essa conceptualização.

Génese e desenvolvimento

Contrariamente ao que muitos poderão pensar, a Arte Operacional não é uma inovação do nosso século. Já SUN TZU, no século 400 a.C. fez afirmações onde poderemos encontrar conceitos queridos à Arte Operacional, como sejam o de CENTRO DE GRAVIDADE e PLANEAMENTO OPERACIONAL. Frases como estas, são-lhe atribuídas:

"Alguém poderia perguntar: 'Como posso eu fazer face a uma hoste inimiga bem ordenada que me ataca?'. Eu respondo: 'Conquista qualquer coisa que lhe seja querida e ela actuará conforme os teus desejos.'"

Clausewitz foi o teorizador do sec. XIX que mais contribuiu para a conceptualização da Arte Operacional. Assim, Clausewitz defendia que toda a acção de uma força deve ser concentrada para o "...foco de poder e de movimento do inimigo, do qual ele depende". A tal ponto Clausewitz chamou *Schwerpunkt*,

ou seja, Centro de Gravidade.

A subordinação da condução da guerra ao objectivo político está bem ilustrada na seguinte frase, que lhe é atribuída: *"A natureza do objectivo político... tem na prática a mais decisiva influência na condução da guerra..."*. A definição de Ponto Culminante (momento "para além do qual começam as derrotas") e de Ponto Decisivo (local em que "a melhor estratégia é sempre ser mais forte") entre outras, poderão ser encontradas naquela obra.

Este último conceito também poderá ser encontrado na obra *"The Art of War"*, do Barão Jomini. Nessa obra poderemos encontrar a seguinte frase onde estão subjacentes os conceitos de Ponto Decisivo, de Linha de Operações e de Plano de Campanha:

"Se a arte da guerra consiste em reunir no ponto decisivo... a maior força possível, a escolha da linha de operações... pode ser considerada como a ideia fundamental para um bom plano de campanha".

O Marechal de Campo Helmuth Von Moltke foi talvez o primeiro militar a pôr em prática, de uma forma consciente, alguns rudimentos da Arte Operacional. No sec. XIX, na campanha contra a Dinamarca, este militar enviou ao ministro da guerra um memorando onde identifica o objectivo político - a derrota da Dinamarca - com um objectivo operacional - a derrota do exército daquele País.

A necessidade de um Nível Operacional faz-se sentir, de uma forma mais incisiva, quando a entidade política máxima (o Rei ou Imperador), deixou de concentrar em si o poder de dirigir os exércitos em campanha. Assim o rei passou a definir os objectivos políticos deixando para o militar a sua consecução através da vitória nas campanhas.



O Nível Operacional é o local onde os objectivos estratégicos são concretizados pelas acções militares, conseguindo-se isso através do planeamento, coordenação e conduta das operações/campanhas, isto é, através da Arte Operacional.

Por seu turno, o militar apercebeu-se da necessidade desse nível se diferenciar do tático quando as frentes de combate se começaram a estender por numerosos quilómetros e quando verificou que concentrando num único ponto todo o potencial de combate nem sempre se obtinha a decisão. E isto porque as formações táticas passaram a ser dinâmicas, e quando, numa defensiva, por exemplo, não podiam sustentar o adversário, poderiam sempre optar pela possibilidade de recuar para locais, previamente preparados, onde poderiam continuar a defender.

A Revolução Industrial é considerada por muitos teorizadores, como a principal impulsionadora da Arte Operacional. Ela veio provocar uma implosão na técnica e pôr em causa conceitos que eram, até então, considerados princípios basilares. A utilização da força de uma forma concentrada, em formações rígidas, provocando desgastes circunscritos no tempo e no espaço, deixaram de ter significado. O interesse pelos recursos materiais passaram a exigir a sua defesa, como forma de garantir o poder de um estado. Tornou-se necessário que as Forças Armadas, em virtude das localizações desses recursos serem as mais disparas, passassem a actuar em locais bastante afastados. Tal implicava um planeamento integrado da sua actuação, considerando-a desfasada no tempo e no espaço. Como exemplo do referido, podemos apontar a guerra da Secessão Americana, em que os sulistas tiveram que planejar a defesa das seguintes regiões por as considerarem de grande interesse estratégico: O Texas pelos seus cavalos, o Tenesse pelas minas de ferro, o Vale de Shenandoah pelos recursos alimentares, Richmond pela indústria e Atlanta pelos portos e caminhos de ferro.

A União Soviética foi uma das pioneiras no estudo da Arte Operacional. Estudando as campanhas Franco-Húngaras, a I GGM, a Guerra Civil de Espanha e a II GGM, a União Soviética rapidamente chegou à conclusão de que cada vez mais a decisão não era obtida através do resultado de uma única batalha e que se tornava necessário a integração dos diversos resulta-

dos das campanhas para se conseguir atingir os objectivos políticos. Rapidamente se aperceberam que as batalhas da actualidade e do futuro tinham que ser vistas como a conjugação, planeada e coordenada das acções das forças terrestres, aéreas e marítimas. Já na década de 20, na sua Escola de Estado Maior, a União Soviética tinha criado um departamento denominado "Conduta das Operações", onde se estudava a Arte Operacional, e que ombreava com o "Departamento Convencional de Estratégia e Tática".

Quanto à Alemanha, apesar de serem os seguidores da escola prussiana, onde um dos seus mestres foi o Marechal Von Moltke, podemos afirmar que nem sempre soube aproveitar da melhor forma os ensinamentos herdados. Espartilhada, a seguir à I GGM pelo tratado de Versalhes, soube tornar a questão da limitação das suas forças, recorrendo à inovação da técnica e desenvolvendo uma tática de emprego de meios baseada na velocidade e no movimento - a BLITZKRIEG. Porém incorreram em dois grandes erros:

- O 1º foi a não integração dessa manobra numa forma coerente de conduta de operações. Ou seja, muitas das vezes a vontade de aniquilamento sobrepôs-se ao racional da escolha de objectivos operacionais concretos e de valor.

- O 2º resulta do esquecimento da ligação entre a frente de combate e a retaguarda. Muitas das vezes a Blitzkrieg era tão rápida que se tornava necessário parar as forças de manobra para que o apoio logístico chegasse à frente.

Após a II GGM a URSS continuou a desenvolver a conceptualização da Arte Operacional. O Ocidente começa a despertar para estes assuntos com a Guerra do Golfo e com a necessidade de se integrar esforços conjuntos e combinados. Essa preocupação está bem espelhada no FM 100-5, versão 83, e nas subsequentes actualizações deste manual.

Nos dias de hoje as tecnologias de ponta tendem a provocar uma sobreposição dos três níveis, podendo acontecer que forças táticas estejam, ao mesmo tempo, a conquistar objectivos táticos e operacionais, concretizando dessa forma os objectivos estratégicos.

Concluindo: Enquanto se utilizaram doutrinas em que o peso dado ao desgaste do inimigo era o factor mais importante (muitas das vezes obtido por ataques directos, frontais, em espaços geográficos limitados e em que a tática pretendia

concretizar objectivos estratégicos), a integração de esforços, a coordenação e, conseqüentemente, o Nível Operacional não tiveram significado. Esse significado só surgiu quando a tecnologia se impôs no campo de batalha e obrigou a uma mudança de actuação no combate, surgindo a necessidade de se integrar os resultados táticos obtidos em espaços, geográficos e temporais, diferenciados.

No futuro, julgamos que a Arte Operacional se irá afirmar, mais do que uma necessidade, como um elemento imprescindível à ligação entre o "definido" pelo poder político e a "execução" enfatizada pelos elementos/unidades táticas.

Delimitação e conceptualização

Para se compreender a articulação entre o Nível Operacional, o estratégico e a tática tem de se ter a perfeita noção do que é o "ciclo de acção estratégica".

Os fins últimos de um Estado (Segurança, Bem Estar e a Integridade das Fronteiras do País), pela sua abstracção, deverão ser materializados





em objectivos palpáveis que podem ser classificados em imediatos e intermédios. Cabe ao poder político a definição desses objectivos, devendo a estratégia estar presente nesse acto. Esses objectivos deverão ser definidos tendo em conta a situação estratégica do País e o contexto internacional envolvente. Definidos esses objectivos, interessa definir as modalidades de acção (M/A) para os concretizar. Essas M/A irão ser definidas tendo em conta as chamadas Estratégias Gerais (Psicológica, Económica, Política e Militar). Ou seja, em cada M/A haverá componentes que se enquadram no âmbito de cada uma daquelas estratégias. A preponderância, numa M/A, das acções específicas de uma das Estratégias Gerais, classifica essa modalidade. A cada M/A está subjacente uma programação desfasada no tempo. As M/A deverão ser ponderadas tendo em conta os riscos, as vulnerabilidades e as vantagens que dela resultam. Essa análise conduz a uma decisão sobre a melhor M/A estratégica para se obter a concretização dos objectivos definidos. Obtida a decisão haverá lugar à definição do conceito de acção estratégico, onde deverão estar referidos os objectivos político-estratégicos, as restrições políticas à aplicação desse conceito e os recursos necessários para a sua implementação. Inicia-se então, por parte da Estratégia Genética, a obtenção dos recursos para a implementação da M/A. A Estratégia Estrutural irá organizar esses recursos por forma a minimizar as vulnerabilidades e a maximizar as potencialidades. Por seu turno, a Estratégia Operacional planeia o emprego desses meios por forma a obter-se a

A nível político estratégico encontra-se, o Conselho de Chefes de Estado Maior a quem compete a elaboração do Conceito Estratégico Militar...

consecução dos objectivos. A este emprego dá-se o nome de "guerra", termo este que tem o seguinte significado: "Violência organizada entre grupos políticos em que o recurso à luta armada constitui uma possibilidade". Assim poderemos ter uma guerra psicológica, económica, política e militar, conforme a preponderância, na M/A, dos factores inerentes a uma das Estratégias Gerais. A aplicação de cada um destas M/A obedece a táticas de emprego específicas e contidas em manuais próprios. Qualquer que seja a M/A escolhida, nela poderemos encontrar os 3 Níveis da Guerra.

O facto dos ambientes estratégicos e das relações internacionais serem dinâmicos leva a que seja necessário fazer uma avaliação da validade dos objectivos imediatos e intermédios definidos pela política. Ou seja, todo o processo de procedimentos estratégicos aqui referidos, é cíclico. Daí ser denominado Ciclo de Acção Estratégico.

Vamo-nos debruçar, neste artigo sobre a "guerra militar", encarando-a como a forma de implementação duma M/A em que a Estratégia Geral Militar é a preponderante.

Procuraremos, agora, definir quais os limites de cada um daqueles níveis:

O **Nível Estratégico** é o local onde é planeado e dirigido o esforço militar; onde são definidos os objectivos gerais da guerra e os específicos do(s) Teatro(s) de Operações (TO); atribuídos os recursos necessários à campanha; definido o estado final a atingir-se no TO para se considerar que os objectivos estão concretizados; definidos os comandos gerais militares e integradas as restrições políticas à execução das acções militares. Ou seja, a sua preocupação recai no planeamento da guerra.

O **Nível Operacional** é o local onde os objectivos estratégicos são concretizados pelas acções militares, conseguindo-se isso através do planeamento, coordenação e condução das operações/campanhas, isto é, através da Arte Operacional. Neste nível são definidos quais os escalões e objectivos táticos, a sequência pela qual esses objectivos devem ser executados; são atribuídas as forças e os recursos aos comandantes subordinados; definidas as prioridades de sustentação dos escalões táticos e organizadas as reservas operacionais. O comandante, a este nível, deverá confrontar o que lhe é exigido (objectivos operacionais ou de TO) com as forças que lhe são atribuídas, devendo, caso estas sejam insuficientes, informar o responsável do Nível Estratégico desse facto. Aliás, é conveniente que o comandante do Nível Operacional seja ouvido pelo Nível Estratégico, no acto de definição dos objectivos a atingir nos TO(s) e das forças a atribuir para a consecução desses objectivos. Este facto define a interligação entre estes dois níveis. A preocupação do Nível Operacional reflecte-se na integração dos diversos resultados das campanhas.

O **Nível Tático** é o local em que são atingidos os objectivos táticos através da conjugação da manobra das forças, com os fogos, com o apoio de combate e de serviços. O facto da consecução desses objectivos táticos poderem ser importantes para a concretização dos objectivos operacionais exige uma dialéctica permanente entre o comandante operacional e os comandantes táticos, por forma aquele poder interferir na manobra tática (pela atribuição e/ou rendição de forças ou pelo emprego das reservas operacionais) para se poder garantir o sucesso do plano de campanha previamente elaborado. É nesta dialéctica que se encontra materializada a interligação entre aqueles dois níveis. Assim, os meios a utilizar no Nível Tático serão as forças combatentes e o seu fim último será a vitória tática. A preocupação deste nível centra-se na manobra tática das forças combatentes por forma a que os objectivos táticos sejam conquistados. A vitória e as derrotas a Nível Tático são avaliadas pelo

A nível Tático encontram-se todos os Comandos Territoriais, o Comando da BMI e o Comando da BAI que têm por missão comandar as suas unidades e planejar e executar as operações terrestres de acordo com os planos operacionais.

ESTRATÉGIA

ARTE
OPERACIONAL

TÁCTICA

Na área comum ao Nível Estratégico e Operacional, encontra-se o CEMGFA, a quem compete exercer, em tempo de paz, o Comando Operacional das Forças Armadas.

comandante operacional no quadro da manobra operacional.

Há algum tempo li um artigo, que ajudava a visualizar as delimitações destes três níveis. Essa ideia, tem de ser analisada, compreendida e aceite, de uma forma isenta de qualquer conotação menos própria, que possamos dar às profissões que nela estão contidas. Tal ideia era a seguinte: A Nível Estratégico encontra-se o arquitecto, que desenha a planta da "obra" a executar e redige o caderno de encargos onde estão contemplados os recursos a atribuir para que se consiga tal acção. A Nível Tático encontra-se o trolha que executa aquela planta. Interligando estes dois níveis, existe aquele outro, onde se encontra o empreiteiro, cuja missão é interpretar a planta, verificar se é possível executá-la de acordo com o caderno de encargos, definir por onde deve começar a obra, definir um plano de execução, sequenciar as acções etc. Este exemplo, feliz na minha perspectiva, consegue de uma forma prática visualizar o âmbito de cada um dos níveis.

É frequente utilizar-se os termos "Nível Operacional" e "Arte Operacional" com o mesmo significado. Estes dois termos têm, contudo, significados díspares. A confusão de significados teve origem no FM - 100-5, versão 1986. Nesse manual, na página 9, pode-se encontrar a seguinte passagem onde Nível Operacional e Arte Operacional são ideias com um significado comum:

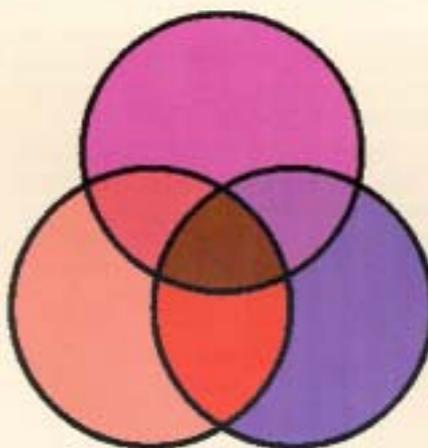
"...A Estratégia, a Arte Operacional e a Tática são amplas divisões em que são agrupadas as actividades concernentes à preparação para a guerra e sua execução... Embora os princípios da guerra se apliquem igualmente à Estratégia, à Arte Operacional e à Tática, aplicam-se de maneira diferente a cada Nível da Guerra". Neste trecho poderemos ver que Arte Operacional é tratada, ao mesmo tempo, como um conjunto de actividades e um nível.

A Arte Operacional é definida da seguinte forma, no FM 100-5, versão 1993: *"... é o emprego hábil das forças militares para atingir os objectivos estratégicos e/ou operacionais num TO ou TG, através do planeamento, integração e condução das campanhas,*

operações de grande dimensão e batalhas."

Então, o que é o Nível Operacional? Por mais que se procure não se encontra uma definição normativa de Nível Operacional. A nossa reflexão sobre o assunto, leva-nos a concluir que, tal como os outros Níveis, aquele é um "patamar" onde as formas de actuar, os fins a atingir e os meios a utilizar são peças interligadas e manipuladas por um método próprio que, no caso do nível em consideração, chama-se Arte Operacional. Nesse patamar são executadas todas as actividades exigidas pela Arte Operacional. Numa das obras/artigos que foram por nós lidas, vinha um exemplo que, tal como aquele outro já por nós apresentado, poderá ajudar a visualizar o que é o Nível Operacional. Dizia o autor que o Nível Operacional poderia ser visualizado como se fosse um tabuleiro de xadrez onde se movia as pedras e, nesta analogia, a Arte Operacional consistiria na mestria com que o jogador fazia as jogadas.

No futuro, a sobreposição entre os três Níveis será cada vez maior, sendo difícil definir ou individualizar, em cada momento, em que Nível uma Entidade ou Unidade está a actuar.



O Nível Operacional em Portugal

A identificação de níveis de comando com Níveis da Guerra, de uma forma vinculativa e normativa, é um erro que se iniciou com o FM 100-5 versão 83, erro esse que foi rectificado nas versões posteriores daquele manual. A colocação de um escalão de comando/entidade num determinado Nível da Guerra, não deverá ser definida pela sua importância na

cadeia hierárquica/comando mas pela importância da sua missão. Vamos identificar as Entidades Nacionais, tendo em consideração a sua missão, com os Níveis da Guerra.

A nível político estratégico encontra-se, o Conselho de Chefes de Estado Maior a quem compete a elaboração do Conceito Estratégico Militar, a elaboração dos projectos de definição das Missões das Forças Armadas e do Dispositivo Militar e dar o parecer sobre as definições do Conceito Estratégico de Defesa Nacional.

Na área comum ao Nível Estratégico e Operacional, encontra-se o CEMGFA, a quem compete exercer, em tempo de paz, o Comando Operacional das Forças Armadas (FA), através dos Chefes de Estado Maior dos respectivos Ramos e dos Comandos Operacionais, e em tempo de guerra, o comando completo das FA, podendo delegar nos Vice Almirantes e Generais Adjuntos determinadas competências. Ao CEMGFA compete planejar, dirigir e controlar o emprego das FA no cumprimento das missões e tarefas operacionais. Ao EMGFA compete, ainda, a elaboração do projecto do Conceito de Defesa Militar, que será posteriormente aprovado em Conselho de Chefes de Estado Maior. A conjugação das acções aqui referidas, colocam o CEMGFA na área comum aos Níveis Estratégicos e Operacionais.

No Nível Operacional encontram-se, os Comandos Operacionais dos Açores e da Madeira. A estes Comandos compete o comando operacional das forças que lhe são atribuídas sendo os comandantes das forças navais, terrestres e aéreas seus subordinados. Neste nível ainda poderão estar colocados os comandantes operacionais nomeados pelo CEMGFA, para missões em tempo de guerra. Na nossa interpretação os Chefes dos Ramos só estarão neste nível quando o CEMGFA, no uso das faculdades conferidas pela lei, os nomear comandantes operacionais.

Na área comum ao Nível Operacional e ao Tático encontram-se as forças essencialmente táticas, inseridas ou não em unidades de maior escalão que, actuando no Nível Tático, estão a concretizar objectivos nacionais. Esse poderá ser o caso das Forças Nacionais Destacadas.

A Nível Tático encontram-se todos os Comandos Territoriais, o Comando da BMI e o Comando da BAI que têm por missão comandar as suas unidades e planejar e executar as operações terrestres de acordo com os planos



operacionais. Também o COFT, na nossa interpretação, se encontra neste Nível. Este Comando possui um Centro de Operações Terrestres que tem a finalidade de facilitar e acelerar as acções de comando e de estado maior na conduta das operações tácticas.

A realidade é que Portugal só agora começou a olhar para estes assuntos com mais atenção, procurando promover o ensino dos conceitos e o treino dos mesmos. Os estágios de Estados Maiores Conjuntos levados a cabo anualmente, pelos Estabelecimentos de Ensino Militar dos três Ramos poderão ser considerados como inserindo-se no âmbito deste ensino. As referências feitas ao longo dos Cursos de Estado Maior e dos Cursos de Comando e Direcção, realizados pelo IAEM, contribuem decisivamente para a difusão do conhecimento da Arte Operacional. Contudo este assunto ainda é do desconhecimento de muitos dos nossos Quadros, interpretando alguns deles, a expressão Arte Operacional, como "qualquer coisa ligada à Táctica". Impõe-se, na nossa perspectiva, uma maior difusão, nos nossos Estabelecimentos de Ensino Militar, do que é Arte Operacional. Só assim se poderá aspirar a um maior conhecimento e desenvolvimento da arte Operacional em Portugal.

Parece-nos que falta no nosso País, uma doutrina nacional que desenvolva a Arte Operacional.

O nosso Regulamento de Campanha (RC 130-1 Operações) é um

No futuro, julgamos que a Arte Operacional se irá afirmar, mais do que uma necessidade, como um elemento imprescindível à ligação entre o "definido" pelo poder político e a "execução" enfatizada pelos elementos / unidades tácticas.

manual essencialmente táctico que ainda está confinado à batalha terrestre-aérea, quando já existem manuais que relevam doutrina sobre operações de dimensão total (full dimension operations). No nosso RC 130-1, existe um único parágrafo que apresenta conceitos que poderão ter alguma ligação à Arte Operacional. E mesmo esse, parece-nos que só assim poderá ser interpretado se considerarmos que no espírito de quem o escreveu estava subjacente que a concretização dos objectivos nacionais, pela conquista dos objectivos militares, só será possível através da consecução de objectivos operacionais previamente definidos. Tal parágrafo é o seguinte:

"...Os objectivos militares devem ser tais que a sua consecução contribua decisivamente para a consecução dos objectivos nacionais."

Julgamos, contudo, que Portugal não necessita de elaborar um manual de Arte Operacional, novo ou inovador. Sendo um dos países da NATO que aceitou e ratificou o documento denominado AJP-1, Portugal poderia adoptá-lo ou adaptá-lo, no que concerne à Arte Operacional, como seu elemento doutrinário de referência nacional. Isto teria a vantagem de falarmos, com conhecimento de causa, a mesma linguagem dos outros países da NATO e, por esse facto, poderemos assumir missões de responsabilidade no âmbito daquela organização que de outra forma não nos serão atribuídas.

Muito mais haveria a dizer sobre um assunto tão aliciante quanto este. Talvez que num futuro próximo possamos voltar a ele.

Francisco Xavier de Sousa
Ten Cor Cav

BIBLIOGRAFIA

- AAVV, Field Manual 100-5, versão 1993, USArmy
Couto, Cor Abel Cabral, "Elementos de Estratégia", Publ. IAEM, Vol. I
Luttwak, Edward N., "The Operational Level of War", Rev. International Security, Winter, 1980/81, Vol. 1, N.º 3
Clausewitz, Carl Von, "Da Guerra", Publicações Europa América, Lda, Col., "Livros de Bolso Europa América", N.º 330, Ed. N.º 40830/3237, 1982
Jomini, Baron Antoine Henri de, "The Art of War", Greenhill Books, London, Stackpole Books, Pennsylvania, 1996.
Tzu, Sun, "A Arte da Guerra", Editorial Futura, Lisboa, 1974.
Sousa, Maj X., "Nível Operacional da Guerra: Conceptualização e Aplicação ao Caso Português", TILD elaborado no âmbito do CEM 96-98, IAEM, 1998.
Legislação em Vigor.



Uma actividade científica no CMSM parte II

No número anterior desta revista demos a conhecer a existência dum trabalho científico sobre a vegetação das lagoas temporárias do Campo Militar de Santa Margarida, artigo, que quisemos meramente divulgar.

Mas os trabalhos têm continuado e começam a aparecer os primeiros resultados já sob uma forma mais elaborada, diárias, mais científica.

É isso que divulgamos neste número da Revista *Ataleiros* mantendo-se, tal como no número anterior, a língua original, neste caso, o inglês.

Application of preservation evaluation indexes to the ponds of Santa Margarida (Ribatejo, Portugal)

A. Rosselló-Graell*, C. Tauleigne Gomes and D. Draper.

Museu, Laboratório e Jardim Botânico da Universidade de Lisboa. R. Escola Politécnica, 58. 1250 - 102 Lisboa, Portugal.
E-mail: arossel@fc.ul.pt

Introduction

Wetlands are considered one of the most threatened habitats in European Union that have been lost or degraded at an alarming rate, mainly during the twentieth century (Commission of the European Communities, 1995).

Due this fact, the Council Directive 92/43/CEE, Habitats Directive, considered the Mediterranean temporary ponds (code 3170*) as priority habitats (habitat types in danger of disappearance and whose natural range mainly falls within the territory of the European Union), (Commission of the European Communities, 1996).

The aim of this study is to evaluate objectively the conservationist status of the Mediterranean temporary ponds located in the Santa Margarida Military Camp (Ribatejo, Portugal), therefore an approach to the preservation value of this aquatic system is presented.

Preliminary results suggest that this site has a relevant conservationist interest and seems to be an important wetland within the Iberian Peninsula.

There are few studies of aquatic ecosystems in Portugal (Serra, 1995) and this work would contribute to improve their knowledge.

Characterization of the study area

The study area is situated 130 km northeast of Lisbon, at the south of the river Tagus and covers an area of 62 km².

Within this area there are ca. 20 endorreic temporary ponds and pools located on a Pliocene sedimentary plateau, with 179 - 200 m of altitude and a smooth orography.

The climate in this region is Mediterranean, and therefore there is a pronounced dry season during the summer in contrast to a changeable autumn and winter rainfall. There are reported a mean annual rainfall of 828 mm and a mean annual temperature of 15.6 °C (INMG, 1991).

The ponds vary in size from 150 m to 350 m of maximum length and their area is around 20 m² to 80 m². The depth achieves 20-40 cm at the peak of flooding.

Hydroperiod is the most important characteristic of this type of wetland due to the fact that it determines the variation of the floristic composition around the year. Changes in water level and the duration of flooding period are driven by seasonal variation in rainfall. The ponds and pools studied become completely dry during the summer.

These freshwater habitats form multiple patches in a large homogeneous area with dominant formations of *Quercus suber* L. and Mediterranean shrubs.

The flora of these ponds and pools is mainly composed of Mediterranean therophytic and geophytic species.

Methods

Wetlands Evaluation Index (IH), proposed by Cirujano et al. (1992), and the Macrophytic Conservation Index (MCI) (Ferreira, 1994) modified by Ferreira et al. (in press) were used to evaluate the preservation status of the studied freshwater sites.

The I_w was developed and applied in Spain and Balearic Islands and never before was used in order to evaluate a Portuguese aquatic habitat. It is based on an exhaustive recollection of data concerning aquatic vegetation.

The I_w is calculated by the expression:
 $I_w = \sum I_i / \text{number of hydrophytic species}$
I_w = Floristic Index; I_i = Plant Evaluation Index

Finally, Wetlands Evaluation Index is obtained through the following relation:
 $I_w = (I_e + I_d) / 2$
I_w = Wetlands Evaluation Index;
I_e = Diversity Index

I_w is scaled from 1 to 10 and classified as follows:

$5,5 < I_w \leq 6,5 \Rightarrow$ Important National Wetland

$I_w > 6,5 \Rightarrow$ Important European Wetland

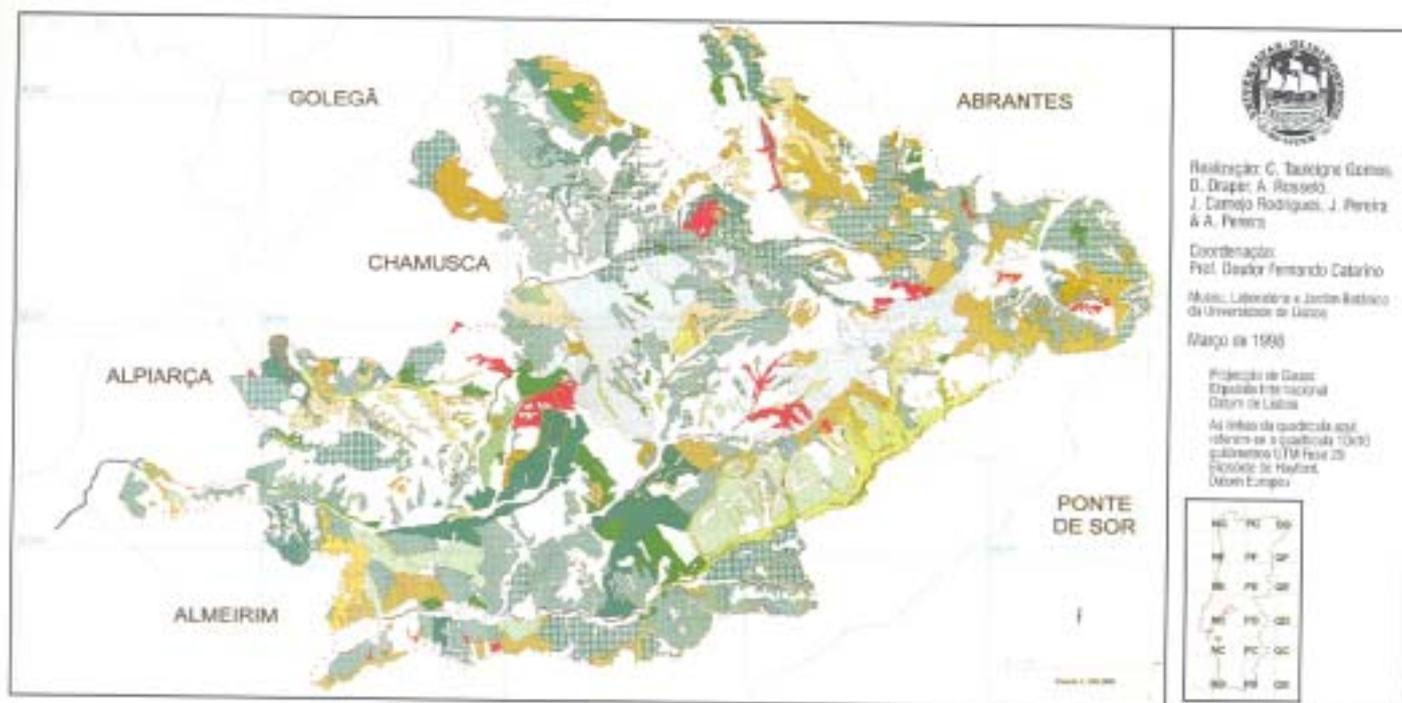
Macrophytic Conservation Index is another index to evaluate the conservationist status of freshwater ecosystems based on their macrophytic vegetation and, to the contrary of the I_w, it has been used to evaluate several Portuguese freshwater areas (Ferreira et al., in press).

MCI is scaled from 1 to 5 and the maximum value indicates the situation of highest preservation. MCI is calculated by the expression:

$$MCI = (P1+P2+P3+P4+P5) / 4$$

P1 = Floristic richness; P2 = Woody riparian plant coverage; P3 = Emerging taxa coverage; P4 = Strictly aquatic





Realização: C. Bastião Gomes,
D. Drape, A. Rosado,
J. Carmo Rodrigues, J. Pereira
& A. Pereira

Coordenação:
Prof. Doutor Fernando Catarino

Mobil. Laboratório e Jardim Botânico
da Universidade de Lisboa

Março de 1998

Projeto de Gestão
Ecológica Internacional
Centro de Lisboa

Atenção de qualidade aqui
relaciona-se a qualidade "Q" do
sistema QTM Fase 20
Código de História
União Europeia



plant coverage; P5 = Number of species with protection status (because in Portugal there are no a Red Data Book for flora species, P5 values were based on bibliographic references or on herbaria evidences).

I_w and MCI provide the possibility of compare the studied pools and ponds with other wetlands located in the Iberian Peninsula and Balearic Islands.

Results

The taxa considered by Cirujano to calculate the Wetlands Evaluation Index and reported for the study area as well as the values obtained through index application is exposed on the following table.

According to the result, $I_w = 6,31$, the aquatic site evaluated can be considered as an important peninsular wetland.

The value of the MCI application achieves 2,75 and the five partial values were P1=1, P2=1, P3=4, P4=3, P5=2.

HYDROPHYTIC TAXA	I_r
<i>Callitriche stagnalis</i> Scop.	3,3
<i>Isoetes durieui</i> Bory	8
<i>Isoetes histrix</i> Bory	7,3
<i>Isoetes velatum</i> A. Braun subsp. <i>velatum</i>	4,6
<i>Myriophyllum alterniflorum</i> DC.	2,6
<i>Potamogeton natans</i> L.	2,6
<i>Ranunculus peltatus</i> Schrank subsp. <i>peltatus</i>	2
<i>Ranunculus tripartitus</i> DC.	6,6
$I_r = 37 / 8 = 4,62$	
$I_w = 8$ (16 taxa)	
$I_w = 4,62 + 8 / 2$	
Important National Wetland	6,31

Discussion

Considering that Wetlands Evaluation Index was developed and applied in Spain, some considerations were taken for its application in the studied area:

- The ponds and pools evaluated were considered a whole. Due this fact,

1) I_w value increases because reflects total number of species reported for all the ponds and pools and therefore, 2) I_w value also increases.

• On the other hand, it seems necessary to remark that in Portugal there is not a Red Data Book regarding flora. It will be a useful tool to assist in evaluating preservation of wetlands in this country.

This fact does not allow calculating in an acute way the I_r values for Portugal so the data reported for the species in Spain were assumed.

It is important to note that this index evaluates wetlands within the Spanish territory and the situation in Portugal is not estimated.

It could be possible that the results change if aquatic plants with a western Iberian Peninsula distribution were



MAXICÓPIA

Equipamentos Escritório, Lda.

Telef. 249 310 410 • Fax 249 310 411
Av. D. Nuno Álvares Pereira, 21B • 2304-909 TOMAR
E-mail: maxicopia@mail.telepac.pt

X XEROX
Concessionária



considered. For example, several aquatic species that often occur in the ponds and pools studied, as *Eryngium corniculatum* Lam., *Eryngium galloides* Lam. and *Illecebrum verticillatum* L., are not included in the Cirujano et al. (1992) aquatic plant list for the evaluation of wetlands.

This index provides the possibility of comparing aquatic sites. The ponds evaluated in our work are classified as important national wetlands according to Cirujano et al. (1992) index. These authors evaluated ca. 450 wetlands and 62 of them become important national wetlands too.

Regarding the Macrophytic Conservation Index, it is necessary to remark that this index attributes to the three parameters of plant coverage (woody riparian, emerging and strictly aquatic species) the same importance. When this index is applied for example, to rivers or permanent ponds, then the woody riparian vegetation that occurs in these habitats are reflected by P2 having an influence on the MCI final value.

There are not riparian woody formations surrounding the temporary ponds studied. Instead of that, there are *Quercus suber* L. formations as well as several shrubs mainly *Ulex* sp., *Cistus crispus* L., *Cistus salvifolius* L., *Lavandula pedunculata* (Miller) Cav. and *Quercus lusitanica* Lam., in contact with the aquatic species. For that reason P2 value is always 1, corresponding to woody riparian plant coverage lower than 10 %, and makes to decrease the result.

MCI has been used by Ferreira (1994) to evaluate some permanent Portuguese ponds, like "Lagoa da Vela" and "Lagoa da Braças" (Beira Litoral). The results were 4,38 and 4,63 respectively. These values are superior to our result (2,75) and it should be explained for a P2 value highest than the ponds studied in this work.

Nevertheless, it is important to remark that MCI was not created for the evaluation of temporary freshwater sites and maybe it should be necessary be

modified in order to improve the fitness of the index in these particular environments.

Conclusions

The application of these two indexes allows us to consider that ponds and pools located in Santa Margarida Military Camp have, objectively, a relevant conservationist value.

This area seems to be very interesting for the preservation of Mediterranean temporary freshwater habitats in the Iberian Peninsula.

Acknowledgements

The authors would like to thank Authorities of Santa Margarida Military Camp for their grateful and helpful cooperation.

*Work financed by a grant of PRAXIS XXI program BM/17918/98 of the Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

References

- Cirujano, S., Velazco, M., Castilla, F. & G4, M., 1992. Criterios botánicos para la valoración de las lagunas y humedales españoles (Península Ibérica e Islas Baleares). ICONA, CSIC, Madrid.
- Commission of the European Communities, 1995. Utilização Racional e Conservação de Zonas Húmidas. Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu. COM(95) 189 final. Bruxelas.
- Commission of the European Communities, 1996. Interpretation Manual of European Union Habitats. Luxembourg.
- Ferreira, M.T., 1994. Criação de um índice de avaliação do valor

conservacionista de locais dulciaquícolas com base em características habitacionais e macrófitos aquáticos. 4ª Conferência Nacional do Ambiente, 71-75.

Ferreira, M.T., Aguiar, R.F. & Moreira, I.S. (in press) Macrófitos fluviais da bacia do Sado. Padrões espaciais e fatores ambientais determinantes. In: Nunes Correia, F., Saraiva, M. G., Moreira I. S. (Eds.). Conservação, valorização e gestão ambiental de sistemas fluviais.

INMG, 1991. O Clima de Portugal. 2 (XLIX), 2ª região. Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica. Lisboa.

Serra, M.G., 1995. A flora e vegetação das zonas ribeirinhas. Contribuição para o seu conhecimento. In: Instituto da Conservação da Natureza, Ecossistemas ribeirinhos. Comunicações. Congresso Nacional de Conservação da Natureza. Lisboa.



**MANUEL DOS SANTOS
GRAVE, LDA.**

Materiais de Construção

Telef./Fax 249 822 205
T.Móvel 968 028 705

Rua Serpa Pinto, 5, 7 e 11
2350 TORRES NOVAS



**Armazéns
César Carvalho & Filhos, Lda.**

**Papelaria
Artigos de Expediente e de Escritório
Artigos de Limpeza e Higiene
Representações**

EDMS E. N. 3 - Km 87 - Apartado 3
Telefs. 249 710 414 / 249 712 062 - Fax 249 710 551
2260 Vila Nova da Barquinha

FILHO Rua Arco Carvalhão, 20 - 1.º Esq.
Telef. 21 3888260 T.Móvel
1000 Lisboa 917 236 265



Será possível mudar a História?

JANUÁRIO TORGAL MENDES FERREIRA
VIGÁRIO GERAL CASTRENSE

1. É com o maior gosto que me dirijo aos Senhores Oficiais, Sargentos, praças e Capelães, a alguns dias do Natal de 1999, num momento histórico em que duas realidades se confrontam connosco: a primeira, é a da memória do nascimento de Jesus Cristo, a qual é entendida e aceite como um dos momentos mais altos da Humanidade; a segunda, decorre da circunstância de, prestes a franquearmos o ano 2000, vivermos uma época especial de Júbilo - de Alegria, na melhor tradição bíblica e eclesial, a qual o Stº Padre João Paulo II quis fosse vivida de forma muito mais viva, exigente e interpeladora.

Estas duas realidades convidam-me a reflectir sobre este convite fundamental: apercebermo-nos da presença de Jesus Cristo, fazermos a experiência de Jesus Cristo, descobrirmos a Pessoa de Jesus Cristo. Ele habitou entre nós. Fez-se próximo, Tornou-se parente da nossa família. Transpareceu ou fez-se manifesto em todas as situações que tocam o ser humano. Da sua história, são capítulos concretos: o pão, a água, o vinho, os rebanhos e os campos, um enterro dum filho e um voltar à vida dum jovem, a traição ou a indiferença e medo dos maiores amigos, uma festa de casamento e a perda duma criança, o adultério e o comércio num espaço sagrado, a oração no meio da noite, a tentação do desânimo, a Esperança e o Conforto pela Missão que lhe foi entregue, a mulher perdida a seus pés, o almoço ou jantar em casa dum explorador de impostos, as crianças que correm e riem na praça, um

presépio e uma cruz, magos ou adivinhos, imperadores e pro-cônsules, soldados e centuriões, a Mãe Maria e o Pai adoptivo José, a comida e a bebida, o desprestígio e a desconfiança sociais, o entusiasmo da multidão em fazê-lo REI...

Só não percebo como é que esta visão normal e inteligente dum Deus feito Homem, agindo e transmitindo o Seu Mistério pela Humanidade em que se fez carne, não é o comportamento primeiro dos cristãos (e até dos não cristãos), no sentido de que é nas situações mais comuns e triviais da vida, que uma outra forma superior de existir deve ser enxertada.

2. Nos últimos tempos, em Portugal, alguns acontecimentos ocorreram, os quais constituíram temas de profundo debate, ao qual acrescento três rápidos comentários para exemplificar a importância de animarmos a História com critérios humanos e cristãos de maior exigência.

2.1 O povo português saiu à rua movido pela coragem de pensar e pela beleza dos afectos: o repúdio da ditadura, a oposição à força infernal do ódio, a voz erguida contra todos os silêncios e os longos cemitérios de Timor-Lorosae, foram razões de tantas razões!

As armas, de que o povo português se revestiu, tinham o poder da fragilidade: eram lenços brancos das nossas janelas, flores dos nossos campos ou abraços da nossa fraternidade gêmea. Eram um choro escondido porque as vozes que gritavam engoliam o pesar das vítimas e dos mártires.

Os símbolos e os sinais com que a opinião pública encheu o país tiveram a força de expressões muito simples. É que a grande Luz da Razão parece esconder-se, vigorosa, no que não tem poder nem aparato. As grandes tragédias falam de si e as flores que levamos nas mãos não são coroas para o enterro dessas razões: são clamores de justiça para que não destruam o sentido da nossa História e da Sua Humanidade.

2.2 O povo português saiu à rua ou acompanhou pelos meios de comunicação social os que saíram de suas casas, para cobrir de beleza e comunhão fraterna o desaparecimento entre nós de Amália Rodrigues.

Todos assistimos a gestos anónimos de solidariedade, de estremecimento e de proximidade comovida. Muitos fizeram da Amália uma pessoa de sua família. Quem sabe? Nunca se tinham comovido e comoveram-se por ela. Nunca tinham rezado... e rezaram por ela. Nunca se tinham reencontrado pelos caminhos da beleza, e, pelos trinados duma guitarra, saborearam o descanso dos grandes sossegos.

Sem divisões nem notas de diferença (que as houve no passado), por uma guitarra, uma voz, uma saudade, este povo que canta no rio e que, na sua ribeira, sempre recusou soluçar, quaisquer que fossem os fados da tirania, mais uma vez celebrou, em público, a liturgia de sentimentos indizíveis. Não saberá muito em pormenor explicar certas razões, este povo português de que cada um de nós é parte. Mas que essas razões são convicções profundas até ao fundo dos

tempos, disso nenhum de nós poderá duvidar.

2.3 Em postal de Paris, um grande pensador português referia-me esta semana "Ao cruzar-me com gays, prostitutas, mendigos, turistas e homens de trabalho" parei diante de um "placard" que dizia:

"Se Deus existe, porque é que o mundo não muda? Se Deus não existe, porque é tão universal e implorável a fome religiosa?"

Sem ferir opções doutrinárias nem praticar maniqueísmos domésticos, retribuo a esse meu amigo, em reflexão, esta pergunta de há anos: "Onde estão as promessas da transformação do mundo, que, por exemplo, partidos políticos de Angola sempre acentuaram? Onde estão os efeitos da luta contra a exploração colonialista e do repúdio dos infernos da vida?"

Hoje, Angola é um deserto de esperança e um campo de chacina.

Como se podem admitir crianças, quase esqueletos vivos?

Como aceitar o ataque à bomba, a cobardia das minas anti-pessoais, jovens e adultos decepados de seus membros?

Onde estão os critérios de solidariedade - ontem marxistas - hoje de exploração capitalista de alguns sobre todos?

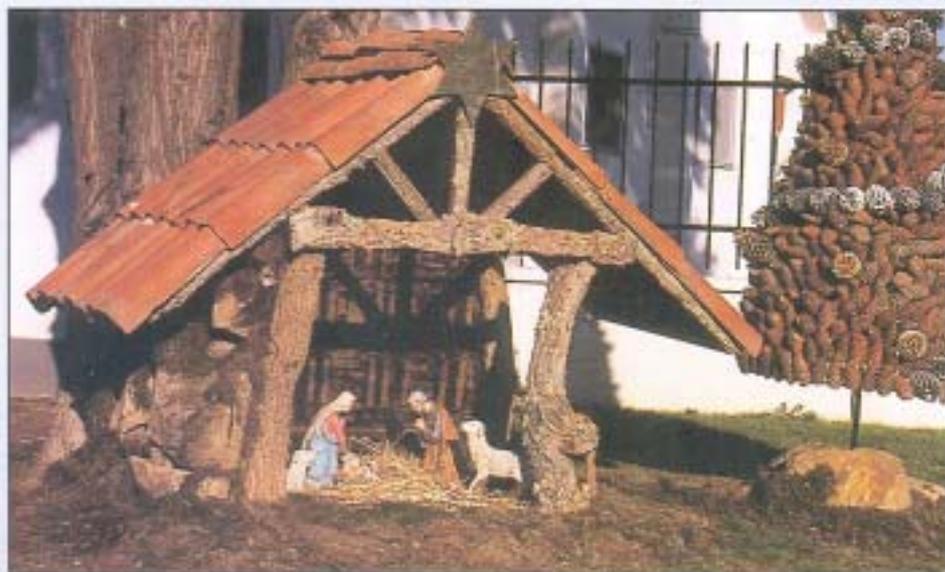
Como fazer fé na coerência de quem lutou contra fantasmas do passado, e agora, se rende diante de uma situação escravagista? Onde é que haverá lugar para o futuro?

Os interesses do petróleo e dos diamantes não são os motores da guerra com o rufar de tambores de clãs, à boa maneira exploradora?

E, de sorriso na boca, alguns entre nós vão-se deliciando e revisitando com a narrativa de antanha, segundo a qual "quanto pior, melhor..."

Neste ambiente, a voz humanista e de credibilidade, em palavras e obras, tem sido a da Igreja. No seguimento de vários documentos, os bispos de Angola surgem como homens de paz, mediadores entre campos opostos, proclamando a justiça e denunciando as culpas, não simplesmente para acusar e estender o dedo, mas para apontar em direcção à paz.

Não se dizia que era preciso acabar com a guerra em África, no 25 de Abril de 1974? Em 25 de Abril de 1999, que proclamar?



Se Deus não existe, como explicar que sejam as fontes religiosas as mais audazes ao serviço do pão de cada mesa, da cultura de cada sector, e de um futuro que não envergonhe a humanidade?

Sejamos claros: hoje, em Angola, e nos vários sectores do Mundo, quem é que está ao lado da criação do emprego, da criança e do idoso, da família, da universidade, da reconciliação, do Humanismo?

Como explicar o silêncio entre nós diante duma tragédia humanitária? Haverá algo de delicado quando se grita que há incêndio na casa dos vizinhos e a ela se acorre para salvar pessoas e bens?

Que faz hoje por este combate da paz a comunidade dos países lusófonos?

O silêncio passado perante o drama de Timor-Leste não se estará a repetir agora em Angola?

Vamos continuar a cantar a belíssima canção "Os Meninos à volta da fogueira"... quando, um dia destes, já não haverá meninos, porque a fogueira os matou a todos?!

Quem estará interessado no regresso do admirável povo angolano à sua casa, com o pão da paz a encher-lhe a vida?

3. Repomos a questão: Quem dizeis vós que é Jesus Cristo?

Um Libertador de Escravos ou uma biblioteca de princípios?

Um Irmão corajoso e simples, ou a pompa institucional e o repetitivo de tantos das nossas instituições?

Uma Pessoa plena de lucidez e de comunhão que se escondeu na

distância, ou, ao contrário, o Deus feito próximo que toma partido pela vida, pelo pão e pela água, pelos pobres dos primeiros lugares, pela luz do serviço, ao mesmo tempo que repudia dos fariseus e todos os cúmplices da hipocrisia, da soberba e presunção.

4. O maior empenhamento no domínio da evangelização de todos os sectores, e com incidência particular, no das Forças Armadas, é simplesmente este: defender a pessoa, promover a pessoa, exigir da pessoa, comprometer a pessoa nas suas responsabilidades, longe do tédio e do mau exemplo da sua ineficácia.

Não temos medo de apresentar as razões dos nossos valores e os valores das nossas razões é programa para a Sociedade e para a Igreja!

Conforme acabo de escrever numa Mensagem endereçada a todos os membros das Forças Armadas:

"Inquietam-me certos estados de alma e decepções do nosso meio, motivados por uma série de factores, dos quais referencio: a menos justa consideração por parte de certos sectores da opinião pública ou do poder constituído, a incerteza do futuro profissional ou a certeza da impossibilidade de realizar expectativas profissionais, as dificuldades económico-sociais designadamente, de certos escalões, as frustrações de contratos efectuados, os obstáculos surgidos na prossecução da carreira, o desânimo perante situações imprevistas, etc., etc., ao lado de outras preocupações de ordem familiar ou de cidadania.

Uma sociedade que não faculta a prioridade aos mais desfavorecidos, que

não cura dos mais abandonados, que aparece indiferente diante de fenómenos desumanos está a pôr em risco a sua mesma identidade de corpo cívico e a ser fonte de consequências graves, muitas delas imprevisíveis.

Estas e outras questões são lugar e tema do empenhamento e serviço da Igreja".

5. O general francês Philippe Morillon, no seu livro recente "O meu credo", narra que ouviu há cerca de trinta anos um chamamento que o marcou vida fora.

Foi duma extrema simplicidade essa mensagem proferida por um responsável cristão: "O senhor ama-te. E precisa de ti".

Às portas do ano 2000, iniciamos, neste Natal de 1999, as celebrações do Maior Júbilo pelo Deus que se fez homem e habitou no nosso meio.

6. Conclusão:

Proponho cada vez mais que a presença cristã se manifeste nas nossas unidades, muito mais pela justiça e pelos critérios de solidariedade do que pela Celebração Eucarística (Eucaristia, que é fundamental para viver em solidariedade); muito mais pela aprendizagem dos grandes temas da cultura cristã, do que pelas expressões de devocionismo, de grande pompa e circunstância; muito mais pela ajuda real à família, em todas as suas urgências e interesses, do que pelas repetidas e protocolares festas de Natal; muito mais por cursos ou momentos pedagógicos de ajuda aos nossos jovens, do que por discursos a proclamar que eles são o futuro da Pátria.



Fazer nascer um espírito novo em acontecimentos de cada instante e a celebrarem-se em cada ano, é perceber e viver a novidade duma criança que habitou entre nós e que é Deus!



Saudades no Natal

O cartão rezava estranhamente:

"*Fecharam-se-Lhe todas as portas
Se nasceu, não foi dentro duma casa*".

Retorqui:

"*Deixa-me encher Teu descampado
dos que foram arrancados à Grande Cidade
em busca do silêncio.*

*Jazem junto de Ti
os Mártires do Kosovo,
de Timor-Leste,
de Angola,
da Chechênia,*

*das drogas sem cura
dos vícios sem receita
das crianças sem sonhos.*

*Jazem junto de Ti, neste 99,
almas gémeas nossas.*

*Tinham rosto,
idade,
história!*

*Confidentes do nosso mistério,
sem véus nem absolvição.*

Razões maiores do grande Rio desigual".

Ouvi-Te ciclar,

nas asas do vento:

*"Deste-me como amparo
as cicatrizes da Tua Memória,
guardas de honra dum
Menino Pobre!*

*A tua Maior Saudade
neste Natal,*

*é a de Mim, Jesus,
Companheiro das tuas Saudades,
aqui, no Meu e seu Presépio!"*

Natal de 1999

Januário Torgal Mendes Ferreira



Fundada em 1977

Sociedade Industrial e Comercial de Produtos Químicos, Lda.

Telefs. 224 895 624 / 224 897 786 • Fax 224 803 256

Produtos de Higiene-Limpeza e Manutenção Industrial
Detergentes Industriais e Domésticos • Desinfectantes • Decapantes
Desoxidantes • Shampoos • Sabões Líquidos
Aditivos para cimento • Desincrustantes • Agro Pecuária • Tratamento de Piscinas

Aplicação de Doseadores
para Máquinas de Loiça e Roupa

Rua da Seara, 115-123 • Apart. 57
4436 RIO TINTO CODEX
LISBOA: Telef. e Fax 213 561 921



Sistema TOW2

nova arma na luta ACar

Depois de 20 anos ao serviço da BMI, o Sistema Lança Mísseis (SLM) TOW M220A1 foi substituído, no verão de 1999, pelo SLM TOW M220A2. Depois do CC M60A3TTS, o SLM TOW M220A2 representa mais um passo da BMI para o melhoramento da sua capacidade térmica de combate. Mais do que a simples substituição de um sistema por outro, esta nova aquisição coloca à BMI desafios para a manutenção, instrução e operação dos sistemas.

Apesar do sistema já "estar ao serviço" e ter feito o seu "baptismo de fogo" na demonstração de fogos reais do Exercício ARCO 992, a verdade é que o seu processo de aquisição ainda não está completo. As unidades equipadas com este sistema ainda não receberam os kits que permitem a sua montagem na VBTP M113A2 nem as baterias para operar o sistema na versão apeada. A única viatura que está equipada para operar o SLM TOW M220A2 é a viatura ITV M901A1 que equipa o Pelotão de Exploração do Esquadrão de Apoio de Combate do Grupo de Carros de Combate, precisamente a única unidade da BMI que não recebeu o

novo sistema. Também é de salientar que ainda não existe pessoal formado para a manutenção do 2º escalão.

Este novo sistema introduz melhoramentos não só no próprio sistema de armas, como também nos novos mísseis que pode disparar. Este artigo não pretende ser exaustivo tecnicamente mas sim dar a conhecer aos militares da BMI o salto tecnológico que representa este novo sistema.

O que é que na realidade mudou.

- No sistema propriamente dito:

O MGS (missile guiding system - B figura 1), ou em português o Comando de Controlo do Missil, é substituído por outro, tecnologicamente mais evoluído mas de mais fácil operação.

O sistema recebe a Câmara Térmica (A figura 1) com o conjunto de baterias (para a versão apeada - C figura 1) ou o transformador de corrente para montagem veicular.

Aparece mais um componente - o Colimador (figura 2) - cuja função é alinhar a Câmara Térmica com o Aparelho de Pontaria.

- Nas características e possibilidades:

Invulnerável a contra-medidas electro-ópticas:

Contra-medidas electrónicas: No SLM TOW M220A1 a frequência Infravermelha emitida pelo missil para guiamento deste era cons-

tante o que permitia o seu empastelamento. Com o SLM TOW M220A2, o CCM envia sinais ao missil que fazem alterar de forma aleatória a frequência emitida pelo missil tornando impossível o seu empastelamento. Esta característica tem ainda a vantagem de acabar com a possibilidade de interferência e consequente perda de controlo de dois mísseis disparados ao mesmo tempo por dois sistemas cuja distância entre si fosse inferior a 300 metros. Cada missil voa emitindo uma frequência IV para o seu guiamento que, por mudar aleatoriamente, constitui o seu "bilhete de identidade" para o CCM do sistema que o lançou.

O novo SLM TOW tem ainda a possibilidade de, quando dispara mísseis do tipo TOW 1, verificar se o alvo para o qual se vai fazer fogo está a emitir contra-medidas electrónicas.

Contra-medidas ópticas: A Câmara Térmica permite a aquisição de alvos em períodos de visibilidade reduzida ou contra a acção de obscurantes como o fumo ou nevoeiro. Associado à Câmara Térmica está uma capacidade adicional de informação sobre o posicionamento do missil para o CCM. No SLM TOW M220A1 a informação sobre o posicionamento do missil para o sistema era feita através da fonte IV existente na cauda do missil. Os mísseis TOW da geração 2 têm, para além desta fonte IV, uma fonte térmica com uma capacidade de perfuração sobre obscurantes (fumo, nevoeiro, chuva, etc.) superior à fonte IV, o que na prática se traduz na capacidade do sistema continuar a receber informação vinda do missil, ou seja, enquanto o apontador continuar a ser capaz de observar o alvo através da Câmara Térmica, esta continua a receber informação pela fonte térmica do missil necessária ao seu guiamento. O Sistema passa a receber informação sobre o posi-



Figura 1



Figura 2

para guiar o míssil. (figura 3)

Uso das linhas de estadia da Câmara Térmica para determinar se o alvo está dentro do alcance do sistema. No SLM TOW M220A1, a avaliação da distância estava limitada à experiência do Apontador ou aos procedimentos do Comandante de Esquadra para a determinar pela sua experiência ou através do uso de binóculos.

- Nos mísseis que podem ser disparados:

O SLM TOW utiliza cinco configurações de mísseis com diversos tipos (figura 4).

A primeira configuração é o **TOW BASIC**. Trata-se da versão elementar do míssil TOW que tem subcategorias, das quais a versão BGM 71A-3 que foi disparada

A segunda configuração é o TOW melhorado ou **ITOW** (Improved TOW) - Este míssil tem uma cabeça explosiva melhorada de 5 polegadas com sonda aperfeiçoada para melhorar a penetração.

A terceira configuração é o **TOW2** - Este míssil tem uma cabeça explosiva de 6 polegadas com extremidade prolongada. Para além da fonte IV este míssil tem também na parte detrás uma fonte térmica que estabelece ligação com a Câmara Térmica para facilitar o guiamento na presença de contramedidas electrónicas ou obscurantes no campo de batalha.

A quarta configuração é o **TOW2A** - Este míssil tem uma carga explosiva na extremidade prolongada da cabeça que garante uma melhor penetração em blindagens reactivas através duma detonação prematura.

A quinta configuração é o **TOW2B** - Este míssil tem uma cabeça explosiva e um mecanismo de destruição completamente diferente das outras configurações. Tem uma cabeça explosiva com duas cargas em fila (explosively formed projectiles) que rebentam na parte superior das blindagens; é um míssil do tipo FOSD (Fly over/Shoot down) - embate na parte superior das blindagens pois voa 2,5 m acima da linha de mira detectando pela forma e campo magnético do alvo, o momento de disparar sobre este a sua cabeça explosiva.

No combate, e de acordo com o tipo de alvo, a prioridade de escolha deve ser segundo a tabela:

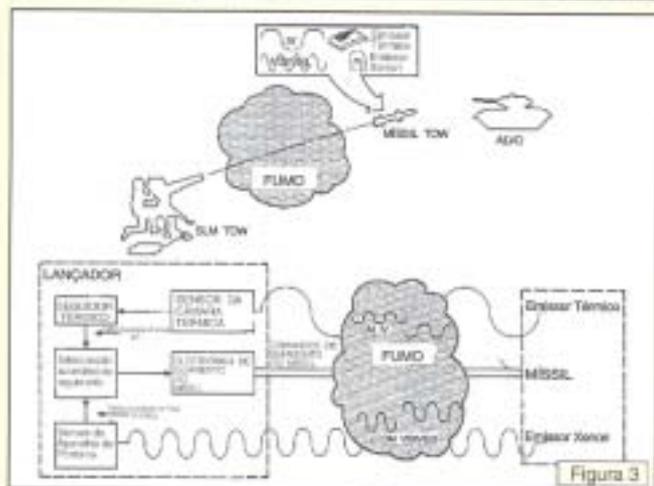


Figura 3

cionamento do míssil através da fonte IV (captada pelo Aparelho de Pontaria) e da fonte térmica (captada pela Câmara Térmica). É o próprio CCM que, automaticamente, faz a escolha, em cada momento, de qual a informação que usará

no 1º Curso de Instrutores do SLM TOW M220A2 é a mais avançada pois tem já um alcance máximo de 3750 metros e é invulnerável a contra-medidas electrónicas quando disparados de sistemas TOW M220A2.

Tipo de alvo	1ª escolha	2ª escolha	3ª escolha	4ª escolha
CC c/ blindagem adicional	TOW 2	TOW 2A	TOW 2B	ITOW
CC c/ blindagem reactiva	TOW 2B	TOW 2A	TOW 2	ITOW
CC sem blindagem adicional ou reactiva	ITOW	TOW 2	TOW 2A	TOW 2B
Viaturas blindadas de transporte de pessoal	ITOW	TOW 2	TOW 2A	TOW 2B
Viaturas blindadas de rodas	ITOW	TOW 2	TOW 2A	TOW 2B
Viaturas anti-aéreas	ITOW	TOW 2	TOW 2A	TOW 2B
Viaturas blindadas em posição de casco desenhado	TOW 2B	TOW 2A	TOW 2	ITOW
Bunkers e fortificações	ITOW	TOW 2	TOW 2A	---

O futuro do SLM TOW

O SLM TOW apesar de ter tido o seu baptismo de fogo na Guerra do Vietname, tem acompanhado o evoluir da tecnologia míssil ACar o que permite acompanhar de igual para igual todos os novos sistemas de armas bem como os mísseis da última geração.

ITAS (Improved Target Acquisition system) (figura 5).

Trata-se dum sistema que visa a substituição do actual sistema TOW2. Os únicos componentes que não mudam são o tripé e o tubo lançador. Este novo sistema vai permitir melhorar a capacidade de aquisição e alcances mantendo a capacidade de disparar todas as configurações de mísseis existentes. Tem telémetro laser ("eyesafe" e com um rigor de +/- 5 metros), alinhamento automático e mostrador binocular o que duplicará a sua capacidade de detecção e identificação em relação ao TOW2. É o sistema que fará a

transição para o sistema Follow on to TOW (FOTT) e entrou ao serviço no Exército Americano em 1998.

FOTT (Follow on to Tow)

Será a geração seguinte do SLM TOW que manterá o seu emprego tático mas na geração dos mísseis do tipo "Fire and Forget". O sistema verá melhorado o seu alcance, letalidade e sobrevivência.

- Será um sistema pesado de longo alcance para o combate anti-carro, anti-viaturas, anti-helicópteros, assalto a



"bunker" e missões de fogo em apoio à Infantaria.

- Deverá derrotar ameaças equipadas com sistemas anti-missil ACar de alcances superiores a 4000, blindagem reactiva, blindagem composta e sistemas de protecção activa.

- Deverá ser compatível com as plataformas e sistemas lançadores já existentes.

- Deverá poder ser operado na modalidade "fire and forget" ou "man-in-the-loop".

- Maior alcance e maior velocidade cruzado que a família TOW2B.

- Investigação & Desenvolvimento: anos 2000-2003

- Produção: 2003-2006 (no Exército Americano conversão de 10 000 mísseis).

O futuro do emprego de Mísseis ACar

Com o evoluir das operações na década de 90 os mísseis ACar deixaram bem patente a sua actualidade na Guerra do Golfo e na capacidade de acompanhar os desafios no que diz respeito ao seu emprego nas Operações de Apoio à Paz e no Combate em Áreas Edificadas. Tudo indica que as exigências tácticas que influenciarão a tecnologia missil ACar para cada uma das operações específicas serão:

Em Operações de Apoio à Paz

- Aparelhos de pontaria capazes de garantir uma identificação positiva (em respeito pelas regras de empenhamento) para alcances elevados e em condições de visibilidade reduzida em que os alvos estão protegidos por "escudos humanos".



Legenda:

A - TOW Basic

B - ITOW (Improved TOW)

C - TOW 2

D - TOW 2A

E - TOW 2B

Figura 4

- Na geração "Fire and Forget" capacidade de inactivar o missil em voo para evitar fracasso.

No Combate em Áreas Edificadas:

- Preferência na trajectória de ataque directo. Na guerra aérea sobre o Kosovo, a maior parte dos CC

identificados em posições defensivas estavam no interior de edifícios ou a coberto de árvores ou outros dispositivos de camuflagem que tornavam irrelevante a trajectória de ataque por cima do alvo (exemplo dos mísseis do tipo Fly Over/Shoot Down).

- Redução do escape de gases.
- Destruir snipers em posições preparadas no interior de edifícios.

Desafios à BMI:

Uniformizar a "escola" TOW.

Apesar da "escola" TOW 1 ter cerca de 20 anos (o primeiro curso foi dado em 1979 no 1ºBIMec por Oficiais do Exército Americano) de vida a verdade é que não existe uniformidade na terminologia técnica do Sistema, nem em alguns procedimentos técnico-tácticos, como por exemplo os Comandos de Fogo. Ainda que haja algumas diferenças na concepção do emprego táctico entre as unidades de Cavalaria e de Infantaria (na Infantaria a Secção ACar é a unidade indivisível enquanto na Cavalaria as esquadras operam sozinhas integradas em Esquadras de Exploração), a BMI é demasiado pequena para ter estas diferenças na sua escola "TOW".

Propostas

- O Curso de Instrutores de TOW é ministrado alternadamente pelo 1ºBIMec e pelo ERec. Deverá ser uma só unidade da BMI responsável por ministrar este curso cuja equipa de instrução deveria ter Oficiais e Sargentos das unidades que têm este sistema de armas (quer de Cavalaria quer de Infantaria). Julgo que é indiferente qual a unidade da BMI (ERec ou BMec's) a quem se atribui esta responsabilidade. Existem países a quem é atribuída às escolas de Cavalaria Blindados (caso da Alemanha) ou às escolas de Infantaria (EUA).



Figura 5

- O Comando da BMI iniciou um esforço no sentido de que o Manual Técnico do sistema e os planos de lição fossem únicos e resultassem dum trabalho conjunto entre as unidades equipadas com este sistema. Deverá ser preocupação também alargar esta uniformidade à publicação de apoio que deverá passar a ser única e devidamente aprovada pelo Comando da Instrução, ou pelo Comandante da BMI.

- Semestralmente (seria o ideal) ou pelo menos uma vez por ano, haver uma semana de instrução conjunta com as guarnições de TOW das diferentes unidades da BMI. Esta instrução deveria incluir circuitos de instrução e de avaliação sobre procedimentos técnicos e tácticos (reconhecimento de viaturas; comandos de fogo, etc), sessões de treino com o sistema M70A2 e sempre que possível finalizar com disparos de mísseis reais.

Emprego táctico

A boa maneira portuguesa há que fazer um esforço para evitar cair na tentação de, assustados pelo preço dos equipamentos, nomeadamente da Câmara Térmica, usá-la só em "dias de festa". Só existe uma maneira de adquirir "escola de conhecimentos": é através do uso e emprego responsável dos equipamentos no dia-a-dia.

As unidades equipadas com M113A2 fora do Território Nacional podem agora ver o seu potencial de combate acrescido pela introdução do SLM TOW M220A2, uma vez que a Câmara Térmica permite o seu emprego em missões de vigilância para todas as condições meteorológicas de dia e de noite.



José Miguel Moreira Freire
Cap Cav



A PRAXE

A Praxe
A Praxe é má
A Praxe é vil
A Praxe é indigna
A Praxe é aviltante
A Praxe indignifica
A Praxe avilta os outros
A Praxe indigna os outros
A Praxe não é legítima
A Praxe deslegitima quem a faz
A Praxe não dá autoridade
A Praxe não deve ser autorizada
A Praxe classifica quem a faz
A Praxe desclassifica quem a faz
A Praxe desclassifica os outros
A Praxe não é humanizante
A Praxe é desumanizante
A Praxe desumaniza os outros
A Praxe agride os direitos do homem
A Praxe agride os direitos da mulher
A Praxe é uma violência sobre o ser humano
A Praxe é uma violência sobre quem a sofre
A Praxe é uma violência sobre quem a pratica
A Praxe classifica quem a pratica em pessoas mal-formadas
A Praxe desclassifica quem a pratica em pessoas rancorosas e odientas
A Praxe desclassifica quem a pratica em pessoas insensíveis e brutais

Armando A. G. Borges
Ten Cor Jnfº



Lisboa, 23 de junho de 1999

"Visita ao quartel de Santa Margarida"

Eu sou a Lidy, aluna do 4º ano da escola nº 37. gostei muito da visita que fizemos a Santa Margarida. Foi um dos melhores passeios que fizemos neste ano.

Gostáramos de ser recebidos pelo senhor Brigadeiro. De seguida fomos para o quartel de Batalaria. Tíam os carros de combate, uns serviam para levar pessoas, outros transportavam canhões e ainda serviam como carro oficina. Quando se estragam uns, os outros carros podem arranjar-las. Depois fomos ver os cavalos, estavam muito bem tratados e eram muito bonitos. Tíam almoço, o almoço foi arroz, carne, salichas, ovo estrelado, fiambre, mortadela, salada de alface e arroz doce. Foi um dia especial.

À tarde não pudemos ver os animais, não vimos os javalis, nem as águias, só vimos uns patinhos por detrás das redes. Apesar disso, gostei muito da visita, quando eu tiver idade, também quero ir para a tropa!...

Obrigado! Sr. Brigadeiro.

Escola nº 37
LISBOA



SITREP



Visita do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas

Em 15 de Julho, Sua Excelência o General Gabriel Augusto do Espírito Santo, Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, visitou o CMSM e a BMI, no âmbito das suas visitas do 2º semestre às Unidades da Componente Operacional do Sistema de Forças. Acompanhou a visita o General António Eduardo Queiroz Martins Barreto, Chefe do Estado Maior do Exército.

Reunião de Comandos do Exército

No Regimento de Cavalaria nº 4, em 9 de Julho, realizou-se uma Reunião de Comandos do Exército. Nela participaram pela última vez, em virtude da respectiva passagem à situação de Reserva, o Vice Chefe do Estado-Maior do Exército, Tenente General Jorge Alberto Gabriel Teixeira e o Comandante da Logística do Exército, Tenente General Carlos Alberto da Fonseca Cabrinha.



Visita do Curso de Operações de Apoio à Paz 22 Julho

O Curso de Operações de Apoio à Paz da Escola Prática de Infantaria efectuou, em 22 de Julho, uma visita de estudo ao Centro de Instrução e Treino de Operações de Apoio à Paz.



Visita do TGen Cmdt Instrução do Exército



O Tenente General Samuel Matias do Amaral, Comandante da Instrução do Exército, visitou o Campo Militar de Santa Margarida em 21 de Outubro. Após uma apresentação do Centro de Instrução e Treino de Operações de Apoio à Paz - o objecto primário da visita, foram observadas as actividades de instrução de montagem do Posto de Comando da Brigada e do treino do Agrupamento da Brigada Ligeira de Intervenção, em apontamento para a missão no TO da Bósnia-Herzegovina.

Visita do Vigário Geral Castrense



O Vigário Geral Castrense, D. Januário do Torgal Mendes Ferreira, visitou o Campo Militar em 15 de Dezembro. Após a protocolar apresentação de cumprimentos, proferiu uma palestra subordinada ao tema *Será possível mudar a História?*, estando presentes na assistência os elementos dos conselhos pastorais das Unidades. No final presidiu a uma Reunião de Capelães da Região Militar do Sul.

Visita do 1º CPOS - - S/S e S/T

Cerca de uma centena de Oficiais Alunos do 1º Curso de Promoção a Oficial Superior - S/S e S/T visitaram, em 14 de Dezembro, O Campo Militar e a Brigada. Após um briefing sobre este Comando Territorial e a Grande Unidade, a visita continuou no Batalhão de Apoio de Serviços, no Batalhão de Comando e Serviços e na Companhia de Transmissões.



Visita do TGen VCh do Departamento Político Geral da R P China

O General Zhou ZiYu, Vice Chefe do Departamento de Política Geral da República Popular da China, visitou o Campo Militar e a Brigada Mecanizada em 20 de Setembro.



Visita do TGen Quartel Mestre General

O Tenente General António Bento Formosinho Correia Leal, Comandante da Logística do Exército, visitou o Campo Militar de Santa Margarida em 10 de Janeiro. Depois de um briefing sobre a situação logística do Campo Militar e da Brigada Mecanizada efectuou uma visita à área urbana do Campo com especial incidência nas instalações do Batalhão de Apoio de Serviços.



Visita do Inspector Logístico do Exército Italiano



Inspector da Logística do Exército de Itália, o General Guido Bellini, efectuou uma visita ao Campo Militar em 1 de Outubro. Após a prestação das Honras Regulamentares e a apresentação de cumprimentos no Comando do Campo e da Brigada a visita continuou no Batalhão de Apoio de Serviços e no Centro de Saúde.

Visita do TGen COFT



O Tenente General José Alberto Cardeira Rino, Comandante Operacional das Forças Terrestres, visitou a Brigada Mecanizada Independente em 19 de Outubro. Após uma apresentação da situação da BMI, foi dado a observar um exercício do Posto de Comando da Brigada e actividades de aprontamento do Agrupamento da BLI para a sua missão na Bósnia-Herzegovina, em preparação neste Campo.



Visita da Delegação da Defesa Búlgara para a Protecção Ambiental

Uma Delegação do Ministério da Defesa da Bulgária visitou o Campo Militar, em 28 de Setembro, com o objectivo de observar as actividades desenvolvidas no âmbito da protecção e fixação de espécies, do plano de arborização florestal e do tratamento de águas residuais.



Recepção do 3º BIMoto / SFOR



Com as Forças em Parada constituídas pelas Unidades do Campo e da Brigada formadas na sua máxima força e enquadrando os militares regressados do TO da Bósnia-Herzegovina, realizou-se em 20 de Julho a Cerimónia de recepção do 3º BIMoto/SFOR, sob a presidência de Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional, Dr. Jaime Gama. No seu decurso foram impostas condecorações e proferidas alocuções pelo General Chefe do Estado-Maior do Exército e pelo Major General Comandante do Campo e da Brigada. Seguiu-se um almoço de convívio no 1º BIMec, a Unidade geradora do Batalhão SFOR.

Encontros / Jornadas de Carácter Técnico e Tático

No 2º Quadrimestre de 99 realizou-se um conjunto de conferências de carácter Técnico-Tático, visando a melhoria da instrução e formação de Quadros e Tropas e a cooperação e a troca de experiências e de conhecimentos com outras Unidades do Exército e dos outros Ramos das Forças Armadas. Os temas versados trataram as seguintes áreas: Operações de Apoio à Paz; Reabastecimento e Manutenção em Tempo de Paz; Apoio de Fogos de Artilharia e Artilharia Anti-Aérea. Foram conferencistas Oficiais dos três Ramos da Forças Armadas. No âmbito da Artilharia Anti-Aérea, foi efectuada uma visita de estudo à Esquadra N.º 11 da Força Aérea, para observação do sistema de controlo aéro-tático.

Novas Funções

2º Comandante do CMSM

O Coronel de Cavalaria Joaquim Canteiro Capão é, desde 17 de Dezembro, o 2º Comandante do Campo Militar. Substitui o Major General António Luis Ferreira do Amaral que deixou de desempenhar a função por força da sua promoção a Oficial General, o qual, pelo mesmo motivo, havia substituído o Major General Augusto José Monteiro Valente.

2º Comandante da BMI

O Coronel de Infantaria Armando António Gonçalves Borges, substitui, desde 30 de Dezembro o Coronel de Cavalaria Joaquim Canteiro Capão, na função de 2º Comandante da Brigada Mecanizada Independente. O Coronel Capão havia substituído o Coronel de Cavalaria António Pinto Duarte Pereira.

Comandante do RC4

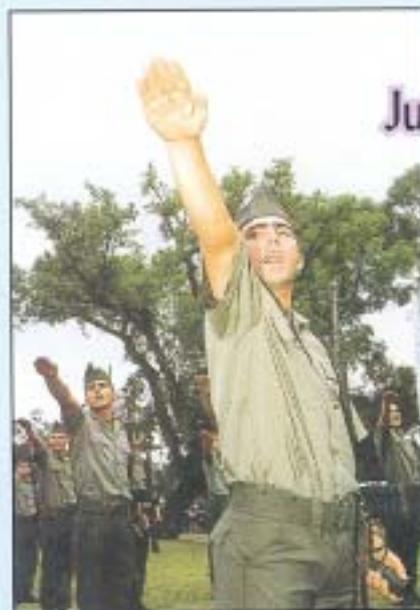
Em 02Set99, tomou posse do Comando do Regimento de Cavalaria n.º4, o Coronel de Cavalaria Luis Miguel de Negreiros Morais de Medeiros em substituição do Coronel de Cavalaria Canteiro Capão.

Comandante do GCC

Em 17 de Novembro, o Tenente Coronel de Cavalaria José António Madeira de Ataíde Banazol, tomou posse do Comando do Grupo de Carros de Combate. O seu antecessor, o Tenente Coronel de Cavalaria José Carlos Filipe Antunes Calçada, havia deixado o Comando da Unidade devido à sua nomeação para Comandante do Agr BRAVO/KFOR, em missão no Kosovo.

Cerimónias de Juramento de Bandeira

Em 06 de Agosto e em 29 de Outubro, realizaram-se as Cerimónias do Juramento de Bandeira dos Soldados Recrutados dos 3º e 4º Turnos/99-Grupo B, do Curso de Formação de Praças. Presidiu às mesmas o Major General Comandante do Campo Militar e da Brigada Mecanizada Independente.



Novas Funções

Comandante da CTm

O Major de Transmissões Manuel Carvalho Vinhas, tomou posse do Comando da Companhia de Transmissões da BMI em 01 de Setembro, substituindo o Major de Transmissões Rui Manuel Pimenta Couto.

Chefe do Centro de Saúde

Em substituição do Tenente Coronel Médico Luis Filipe de Paula Martins de Cardial, passou a Chefiar o Centro de Saúde do Campo Militar, desde 5 de Julho, o Tenente Coronel Médico Gonçalo Nuno Mendes Spinola.

Comandante do 1º BIMec

Em 22 de Setembro tomou posse do Comando do 1º Batalhão de Infantaria Mecanizado, o Tenente Coronel de Infantaria António Xavier Lobato Faria Menezes, substituindo o Coronel de Infantaria António José Marques Pires Nunes.

Comandante da BAAA

Em substituição do Capitão de Artilharia Manuel Maria Barreto Rosa, em Janeiro, tomou posse do Comando da Bateria de Artilharia Anti-Aérea, o Capitão de Artilharia Renato Afonso Gonçalves de Assis.

2º Comandante do RC4

O Tenente Coronel de Cavalaria Manuel Eugénio Moreira Teles Grilo, em 9 de Novembro, substituiu na função de 2º Comandante do Regimento de Cavalaria nº4, o Tenente Coronel de Cavalaria José Alberto Martins Ferreira.

Oficial Preboste

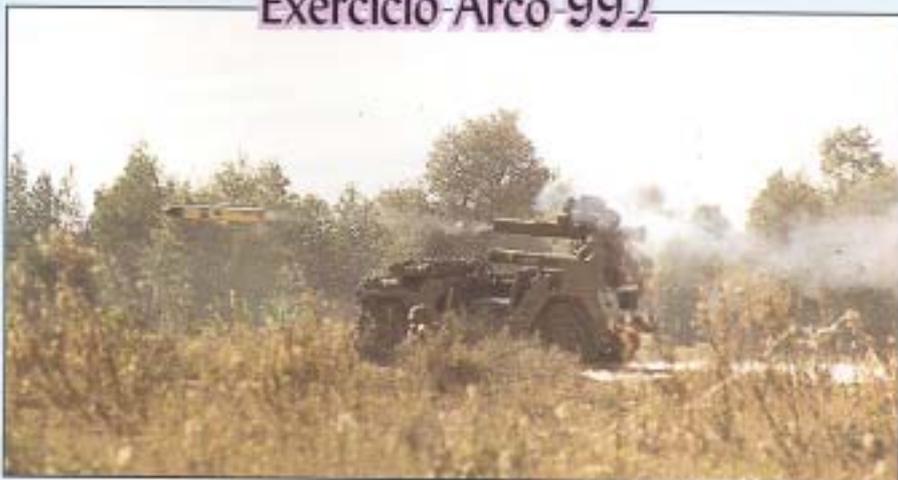
Desde 29 de Julho, passou a desempenhar a função de Oficial Preboste, o Capitão de Cavalaria Rui Manuel Sequeira Seica, em substituição do Major de Cavalaria José Elisio Oliveira Gonçalves.

Visita do 27º CFS

Em 14 de Julho, 93 alunos do 1º ano do 27º Curso de Formação de Sargentos, efectuaram uma Visita de Estudo à Brigada Mecanizada Independente.



Exercício-Arco-992



Realizou-se de 2 a 12 de Novembro, o Exercício Arco 992, enquadrado no planeamento anual de instrução e treino operacional da Brigada Mecanizada Independente. Foi desenvolvido em duas fases: a primeira constando de um exercício de Postos de Comando com utilização do sistema de jogos de guerra "First Battle" e a segunda com tropas no terreno e sessão de fogos reais no último dia. Participou no exercício o Encargo Operacional disponível da Brigada, articulando-se num Agrupamento com base no Comando do 2º BIMec e Subunidades de Infantaria e de Carros de Combate, apoiado por elementos das Unidades de Apoio de Combate, de Apoio de Fogos e de Apoio de Serviços, tendo sido simuladas as

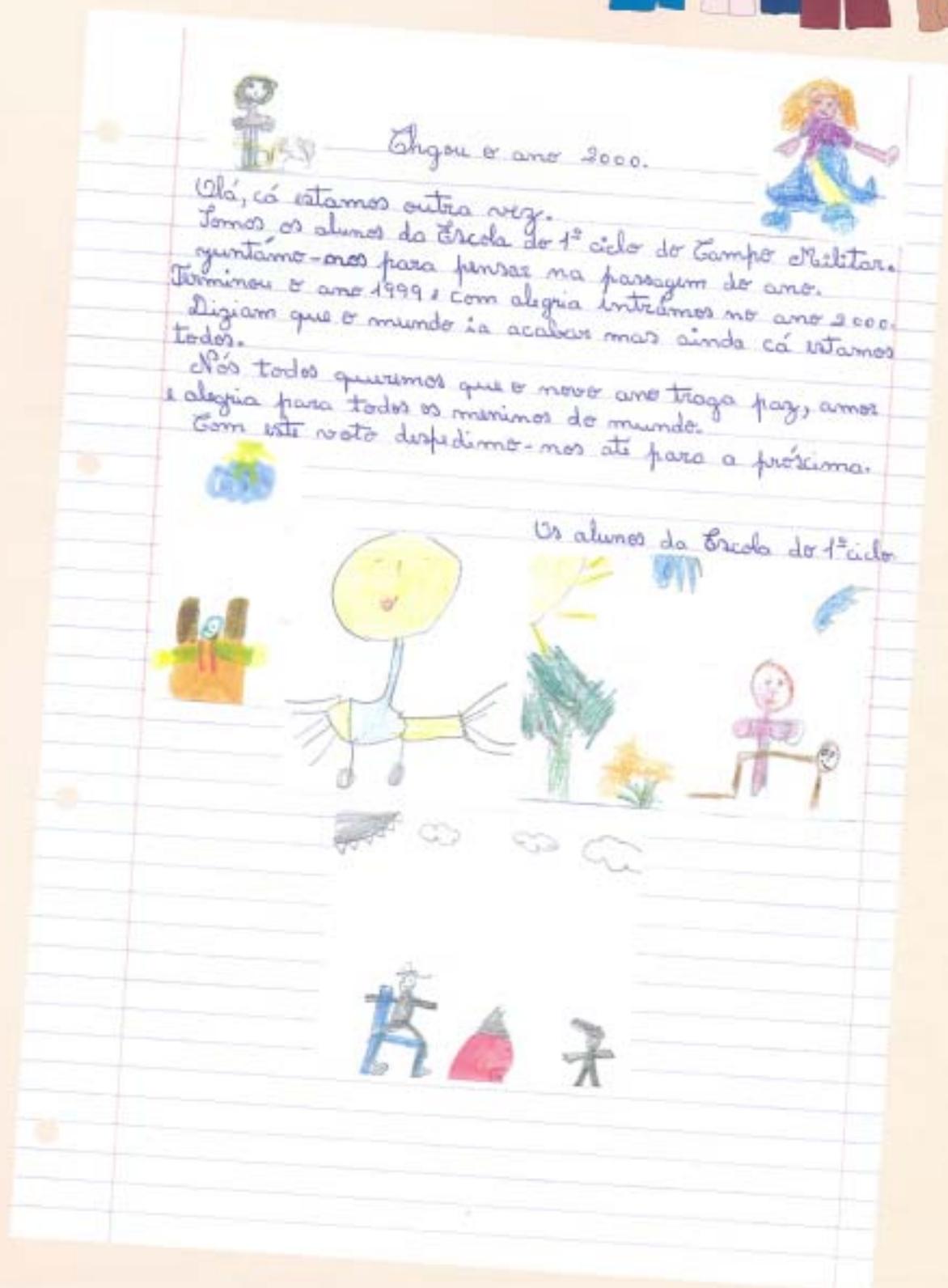
forças opositoras pelo 1º BIMec. Foram ainda empregues meios da Força Aérea; uma célula de Intersecção e Pesquisa de Comunicações, do BISM e um Radar do Pelotão de Aquisição de Objectivos da EPA. No total foram empenhados 1348 homens com 208 viaturas de rodas, 113 viaturas de lagartas e 6 pares de aeronaves Alfa Jet.

O Exercício desenvolveu-se num cenário de guerra convencional, materializando uma missão de Defesa Directa do Território Nacional, proporcionando praticar o planeamento, a conduta e o controlo de Operações Tácticas, no âmbito da Manobra Defensiva.

O Major General José Agostinho Melo Ferreira Pinto, 2º Comandante do Comando Operacional das Forças Terrestres, visitou o Exercício. Assistiram à sessão de fogos reais, para além de alguns Órgãos de Comunicação Social da região, alunos das Escolas Secundárias de Constância e do Tramagal.



Escola Primária do CMSM



Jardim de Infância do CMSM



**JARDIM DE INFÂNCIA
D. NUNO ÁLVARES PEREIRA
CAMPO MILITAR DE SANTA MARGARIDA**

Olá,
Como já tem sido habitual, cá estamos de novo a dar notícias. Neste ano lectivo que está quase a meio, já trabalhámos e passámos muito. Ficam aqui registados alguns dos momentos:

ELABORAÇÃO E VENDA DA
MARTELADA A 20 DE OUTUBRO



ALEXANDRA



KARINA

VISTA AO ATERRO SANTÁRIO
A 22 DE OUTUBRO.

ELABORAÇÃO DAS BZOAS PARA
O DIA DE TODOS OS SANTOS
EM NOVENBRIO.



MAFALDA



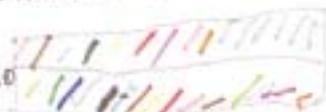
IDA AO
PARQUE DAS
NAÇÕES, AO
PAVILHÃO DA
CIENCIA E
DESPORTO A
10 DE NOV.

AGUSTO, COM TODAS AS CRIANÇAS
DAS ESCOLAS DO PERÍCLO E JARDINS
DE INFÂNCIA DE CONSTÂNCIA SUL.



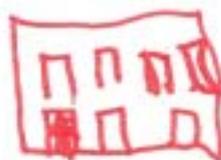
RUTE

PAULO



IRA À FEIRA DO LIVRO
A 3 DE DEZEMBRO.

FESTA DE NATAL A 15 DE
DEZEMBRO NO CINE-TEATRO
DO CMSM



GUI



CONFEIÇÃO DE REIS A 6 DE
JANEIRO



Educação Física e Desportos

Apoio ao Jardim de Infância

Foi solicitado ao CMSM/BMI, pela Directora do Jardim de Infância D. Nuno Álvares Pereira, o apoio na docência de aulas de Ginástica e de Natação aos seus alunos.

O Exmo MGen, Cmdt do CMSM/BMI, ciente da importância da Educação Física no crescimento e formação da criança, despachou favoravelmente aquela pretensão, atribuindo à 3ª Secção a responsabilidade do planeamento e da execução da docência de 2 horas semanais de Ginástica (Terças Feiras, das 15H00 às 17H00 no Polidesportivo) e 2 horas semanais de Natação (Quinta feira, das 15H00 às 17H00 na Piscina).

Corta Mato Fase Regional

À Bateria Anti Aérea, foi atribuída a missão de organizar o Campeonato de Corta Mato/Fase Regional no período de 27 a 30Set99.

O Corta Mato teve a sua origem no Cross-Country, ou "Corrida através dos campos", na Inglaterra onde nos fins do século XVIII e princípios do século XIX, se organizavam as "Corridas ao Sino" e "Lebre e o Cão", entre povoações vizinhas. Um "Traçador de Percurso" ia largando papéis de cores precedendo os corredores lançados em sua perseguição.

Estes Cross-Country é, tradicionalmente, disputado num percurso da ordem dos 15 Km, durante a época de Inverno, através de campo aberto e floresta, compreendendo alguns obstáculos naturais facilmente transponíveis.

Esta versão Inglesa de Corta Mato passaria, a curto prazo, a praticar-se também na Bélgica e em França. Na Europa Central e do Norte, o rigor do Inverno faz com que esta modalidade fosse preterida em favor do SKI. Já em Países como a Itália, um outro tipo de Cross-Country, a que poderíamos chamar "Corta Mato Curto", disputado em terreno plano, com distâncias da ordem dos 5 Km, era organizado nos Meses de Abril e Maio, antecedendo a época de Verão.

Nos EUA, pelo contrário, o Cross-Country constituía um prolongamento da época de Atletismo, praticando-se em Outubro e Novembro.

O Corta Mato actual é uma Modalidade Desportiva com raízes profundas no seio da Instituição Militar, podendo ser considerada uma das mais antigas e de maior expressão. Sendo uma modalidade

que põe à prova qualidades físicas tipicamente militares, é importante que seja promovida a sua divulgação, por forma a obter, cada vez mais, uma ampla adesão e uma presença massiva dos militares do CMSM/BMI.

No Exército esta Modalidade está regulamentada nos Campeonatos Desportivos Militares, é composta por uma prova de Corta Mato Curto para Homens, com uma extensão variando entre os 4,5 e os 5 Kms e uma de Corta Mato longo, variando entre os 11 e 12 Kms; existe ainda uma prova, para as Senhoras, com uma única variante, com extensão entre os 4 e os 5 Kms.

De acordo com o citado Regulamento, nas 3 provas são consideradas os seguintes escalões:

- I Escalão - até 29 anos, inclusivé;
- II Escalão - dos 30 aos 35 anos;
- III Escalão - dos 36 aos 41 Anos;
- IV Escalão - dos 42 aos 47 anos;
- V Escalão - acima dos 48 Anos, inclusivé.

No Exército o circuito (que é o mesmo para todas as provas e escalões), deve ser traçado em terreno variado, incluindo planícies, em



terreno aberto, florestas de vegetação rasteira, etc.

O Corta-Mato do CMSM/BMI contou com a participação de todas as suas Unidades, num total de 170 atletas, sendo 22 Oficiais, 53 Sargentos e 95 Praças.

Os atletas participantes sempre encontraram um ambiente acolhedor, onde o espírito da leal competição e da franca camaradagem estiveram sempre presentes, sendo, deste modo, de realçar o excelente trabalho e dedicação da Unidade Organizadora cumpriu cabalmente a missão atribuída.

As Classificações obtidas foram as seguintes:

INDIVIDUAIS

Geral Curto Masculino

Sold Barbosa - RC4

I Esc *Sold Barbosa - RC4*

II Esc *1º Sarg Neves - BAAA*

III Esc *S Ajt Ambrósio - BApSvc*

IV Esc *Cap Dorniques - GCC*

Geral Longo Masculino

1º Sarg Freire - CEng

I Esc *CAj Matos - BCS*

II Esc *1º Sarg Venâncio - ERec*

III Esc *1º Sarg Freire - CEng*

V Esc *Maj Santos - BApSvc*

Esc Feminino

2º Fur Talhas - GAC

COLECTIVOS

Geral Curto *BApSvc*

Geral Longo *RC4*

Curto I Esc *GAC*

Curto II Esc *BAAA*

Curto III Esc *BApSvc*

Curto IV Esc *CCS/BMI*

Longo I Esc *RC4*

Esc Feminino *1ºBIMec*

XXIII

Prova da Avenida

Em 07 Outubro de 1999, realizou-se a XXIII edição do "Grande Prémio Avenida Nuno Álvares", organizada pela CCS/BMI.



A partida foi dada pelo Exmo 2º Cmdt do CMSM, Sr. Cor Tir Inf Amaral, no local já sobejamente conhecido pelos militares do CMSM/BMI, materializado pelo poste de electricidade que se situa entre os edifícios da Polícia do Exército e o do Crédito Predial Português.

Com este prémio, para além dos objectivos inerentes a uma prova de atletismo, propõe-se sempre atingir o desenvolvimento da prática desportiva, o fortalecimento do espírito de corpo e, quiçá o mais importante, o engrandecimento da camaradagem entre todos os militares das diversas Unidades do CMSM/BMI. Como em outros prémios anteriores, estes objectivos foram sobejamente atingidos.

É de salientar que esta prova teve uma participação, nobre e grandiosa, de todas as Unidades do CMSM/BMI, empenhando estas, quase a totalidade dos seus efectivos. Foi agradável e saudável verificar a participação de centenas de militares, na sua convivência, independentemente da hierarquia ou escalão etário.

A chegada, como também consta no regulamento da prova, é materializada no terreno, pela primeira linha de paralelepípedos graníticos que constituem a estrada, e localizada em frente do Hangar do GCC/RC4. Neste local foram montados os diversos "funis" (mediante os escalões etários da prova). Mais uma vez verificou-se que os 2392m do percurso são suficientes para "quase" esgotar física e psicologicamente alguns dos participantes. Constatou-se, igualmente, que somente com um esforço

diário se conseguem obter bons resultados desportivos.

A Unidade Vencedora da XXIII edição do "Grande Prémio da Avenida Nuno Álvares" foi o 1º Batalhão de Infantaria Mecanizado, já que somou o maior número de pontos, com os seus militares Classificados nos vários escalões.

As Classificações foram as seguintes:

Geral Individual

1º Sarg Freire - CEng

Feminina A

2º Fur Talhas - GAC

Feminina B

1º Sarg Moraes - CTm

Masculino A

Sold Barbosa - RC4

Masculino B

1º Sarg Freire - CEng

Masculino C

SCh Alves - 2ºBIMec

Masculino D

Maj Santos - BApSvc

(Tempo - 08:38:00 - Novo Record)

Natação Fase Regional

Decorreu, na semana de 14 a 18 de Junho de 1999, o Campeonato de Natação - Fase Regional, em representação de oito (08) Unidades do CMSM/BMI, com a presença de 54



atletas, sendo 36 no escalão representativo, 13 no escalão veteranos e cinco (05) no escalão feminino. Este campeonato contemplou dois dias destinados a treinos, dois dias de prova e um dia para a cerimónia de encerramento e entrega de prémios.

Foi atribuída, ao 2º Batalhão de Infantaria Mecanizado, a organização deste evento desportivo, sendo justo realçar o total empenho e dedicação dos seus militares na execução desta missão.

É de salientar a excelente conduta e espírito de camaradagem de todas as Unidades participantes, bem como de todos os atletas e delegados.

A competitividade existente foi de bom nível, apesar do número de atletas participantes não ser expressivo.

A classificação final do campeonato ficou estabelecida da seguinte forma:

INDIVIDUAIS

50m Mariposa

Representativa: Sold Talhinhos GAC

400m Livres

Representativa: SAjt Eloy BApSvc

Veteranos: 1º Sarg Venâncio RC4

50m Bruços

Representativa: Alf Azevedo GAC

Veteranos: C Adj Amaral BApSvc

Feminina: 2ºCb Oliveira

50m Livres

Representativa: 2º Sarg Lavado GAC

Veteranos: 1º Sarg Venâncio RC4

Feminina: 2º Fur Figueiredo BCS

200m Livres

Representativa: Sold Talhinhos GAC

Veteranos: S Ajt Reis BApSvc

100m Estilos

Representativa: 2º Sarg Lavado GAC

Veteranos: Cap Freire RC4

50m Costas

Representativa: 2ºSarg Lavado GAC

Veteranos: Cap Freire RC4

Feminina: 2ºFur Figueiredo BCS

100m Livres

Representativa: Sold Cravo RC4

Veteranos: 1º Sarg Venâncio RC4

Feminina: 1º Sarg Pereira BApSvc

4X50m Estilos

Representativa: BApSvc

4X50m Livres

Representativa: GAC

Veteranos: RC4

COLECTIVOS

Representativa: GAC - 73 Pontos

Veteranos: RC4 - 57 Pontos

Feminina: BCS - 25 Pontos

Estafeta Militar: GAC

MAQUIABRANTES REPRESENTAÇÕES, LDA.

Representações de Ferragens
Máquinas Industriais • Produtos de limpeza
Todo o tipo de máquinas de limpeza
Electrodomésticos • Material eléctrico

Telef. 241 361 214
 Rua Luís de Camões, 2
 2200 ABRANTES



Obras Públicas
 Montagens Eléctricas
 Telecomunicações
 Serviços de Limpeza

António G. Nunes Pereira

Telefs. 239 721 898 • Fax 239 716 275
 Telemóvel 965 803 932

Rua da Amizade, 14
FORTE DA TALHA
 3030-242 COIMBRA

